

DIOGO BOGÉA

PSICOLOGIA DO BOLSONARISMO

**POR QUE TANTAS
PESSOAS SE CURVAM
AO MITO?**

Oficina de Filosofia



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

**"Quando o mundo estiver
unido na busca do**

conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Página de crédito

Copyright © Diogo Bogéa

Editora: Oficina de Filosofia

Revisão: Lu Araujo

Diagramação: V. Hollanda

Capa: Roberta Teixeira

Todos os direitos reservados. Para contato com o autor mandar e-mail para diogobogea@hotmail.com

Índice

[Página de crédito](#)

[Sobre o autor:](#)

[Tudo isso que tá aí...](#)

[1. Pedagogia da frustração](#)

[2. O mais engenhoso dos artifícios](#)

[3. “Um perpétuo e irrequieto desejo de poder”](#)

[4. O Narcisismo da massa](#)

[5. Negação da realidade](#)

[6. Fake News](#)

[7. “O inimigo”](#)

[8. Moralismo](#)

[9. Terrivelmente cristão](#)

[10. O Gado – neo-etologia](#)

[11. Uma espécie violenta e tribal](#)

[12. Quando acaba a saliva...](#)

[13. A medida da felicidade não é objetiva](#)

[14. Ressentimento](#)

[15. Ética da Afirmação](#)

[16. Genocídio](#)

[17. “E daí?”](#)

[NOTAS](#)

[BIBLIOGRAFIA](#)

[Livros deste autor](#)

Sobre o autor:

Diogo Bogéa é Professor de Filosofia e Psicanálise na Faculdade de Educação da UERJ. Doutor e Mestre em Filosofia pela PUC-Rio. Graduado em História pela UERJ-FFP.

Autor dos livros [“Oficina de Filosofia: as questões que nos co-movem”](#) e [“Metafísica da vontade, metafísica do impossível”](#).

Criador do [Projeto Oficina de Filosofia](#), com canal no Youtube, instagram [@oficinadefilosofia](#), [Podcast Oficina de Filosofia](#) e [Cursos temáticos de Filosofia](#).

Tudo isso que tá aí...

O que leva tantas pessoas a se curvarem diante de um “líder” político numa cega devoção e em total idolatria? Essa é uma pergunta que foi feita muitas vezes na história humana. No Brasil contemporâneo, com a chegada ao poder da religião bolsonarista essa se torna mais uma vez uma questão política urgente. Mas também, principalmente, uma questão psicológica do maior interesse. Como explicar a subserviente e satisfeita adoração do “gado do cercadinho” a seu “mito”?

Insisto no interesse propriamente psíquico dessa questão, dado que o “líder” em questão, o “mito”, não apresenta nenhuma das qualidades tradicionalmente reconhecíveis como dignas de alguma idolatria: não é particularmente inteligente, não tem o “dom da palavra”, não é um vitorioso chefe militar, não expõe uma vida exemplar no caminho sacerdotal-religioso, não apresenta grandes projetos – ilusórios que fossem – nem de dominação internacional, nem de desenvolvimento nacional. Como explicar, então, seu tão intenso poder de atração?

O fenômeno é tão mais digno de interesse psicológico quando se alia essa total inadimplência do “líder” ao tão alto grau de devoção e idolatria de seus seguidores. Se pensarmos bem, é certamente um dos casos mais intensos de culto a um líder político da história recente do mundo. Em nome da seita bolsonarista os fiéis atacam amigos e familiares; defendem com a mesma veemência o absurdo proferido pelo presidente ontem e o absurdo proferido pelo presidente hoje, ainda que contraditórios; aderem a projetos sociais e econômicos que contrariam seus próprios interesses; dispensam resultados concretos em termos de melhorias econômicas ou estruturais para manter acesa a chama da sua fé; e em tempos de pandemia, entregam-se voluntariamente à morte, sacrificando-se pela palavra do “mito” - entre tratamentos precoces mortíferos e o desprezo completo por qualquer precaução (da máscara à vacina).

Como explicar que seus parentes, amigos e vizinhos que talvez em outros momentos tenham te tratado com a devida cordialidade se voltem agressivamente contra você ao perceber que você não compactua com as ideias do “mito”? Como explicar que pessoas muito bem formadas em nossas universidades – professores, engenheiros, advogados – recusem vacinas, acreditem em versões alternativas delirantes da História do Brasil e do mundo e tomem as *fake news* mais toscas como as mais puras realidades? Como explicar que *médicos* rejeitem vacinas e invistam em medicamentos que *os próprios laboratórios fabricantes* (haveria alguém mais interessado em promovê-los?) já desacreditaram para o tratamento da *covid*?

Este livro é, por um lado, resultado do acúmulo de insatisfações com as bizarrices das quais o bolsonarismo, desde o seu surgimento como movimento, não nos tem poupado nem por um dia sequer. Por outro lado, é fruto de um profundo incômodo com as incompreensões que este mesmo movimento suscita, mesmo entre algumas de nossas melhores cabeças.

Por mais bizarro que seja, o bolsonarismo não é incompreensível. Se temos dificuldade em compreendê-lo, é porque nossas ferramentas mentais, teóricas e conceituais não estão funcionando bem. Certamente a tradição racionalista, que se construiu da Grécia à Modernidade iluminista, passando pela Idade Média cristã, não dá conta de explicar o bolsonarismo. Seja por apostar na regência racional e consciente da vida humana – individual e coletiva –, seja por compreender a “moralidade” e a “moralização” como fenômenos essencialmente positivos e progressivos. Isso, no entanto, não significa que o bolsonarismo seja incompreensível, mas que precisamos de novas ferramentas explicativas.

Para mim, as ferramentas que melhor funcionam para compreender a realidade contemporânea são as que nos trouxeram aqueles que chamo de “pensadores do desejo”: Schopenhauer, Nietzsche e Freud. Minha leitura desses três é bastante influenciada pela de um grande pensador brasileiro – ele também um pensador do desejo –, o psicanalista MD Magno. Para o meu ouvido, esse curioso encontro entre dois alemães, um checo/austriaco e um brasileiro sempre “deu samba”. E é no “tom” dos pensadores do desejo que seguiremos aqui.

Este pequeno livro não propõe de maneira alguma dar conta de todas as razões que fizeram o bolsonarismo surgir, que o levaram ao poder e que lá o

mantém ainda. Para isso seria necessário recorrer a pesquisas dos mais diversos campos: Direito, Relações Internacionais, Sociologia, História, Antropologia, Economia e Neurociência, por exemplo. Aqui procuramos analisar o bolsonarismo apenas sob o ponto de vista psíquico ou, em nossos termos, sob o prisma do *desejo*.

Não se trata aqui de fazer uma análise psicológica *de Bolsonaro*, algo para o que não estaria qualificado e pelo que, sinceramente, também não teria qualquer interesse. Até porque, sempre me pareceu que o mais interessante no fenômeno do autoritarismo político não é o “líder” em si, mas o tipo de co-moção e mobilização que ele produz em larga escala em pessoas que podem ser, como nos lembra Hannah Arendt, absolutamente comuns, ou mesmo bastante superficiais e medianas.

Por mais que para explicar um fenômeno sociopolítico em sua totalidade não se possa dispensar nenhuma das áreas que citei no parágrafo anterior, me parece que há um campo frequentemente deixado de lado nessas mesmas análises: o campo do desejo, da fantasia e da economia psíquica em geral. Tenho a impressão de que nenhum sistema sociopolítico pode realmente chegar a se estabelecer e se sustentar em operação caso não co-respondam aos desejos e fantasias – seja de maneira direta ou desviada – de uma boa maioria das pessoas nele engajadas – ou mesmo por ele submetidas.

Procuro evitar decididamente ao longo desse texto me colocar ao lado da “boa consciência”, tomando acento num pedestal moral imaginário e acusando a partir daí os traços mais marcantes desses “outros” que compõem, por um lado ou por outro, o bolsonarismo. Pelo contrário, quando invisto muito tempo e energia na compreensão de alguma coisa, é porque com muita frequência me vejo implicado em traços que a compõem.

Muito comumente se identifica o pensador com a posição do “crítico”, quando na verdade, na vida, ele pode estar muito mais próximo daquilo mesmo que em suas obras se dedicou a criticar. Isso está longe de significar que eu tenha sido em algum momento “bolsonarista” ou que seja hoje um “bolsonarista arrependido”. Significa apenas que quando investigamos com atenção os traços psíquicos que compõem um determinado movimento – mesmo um movimento que nos pareça por alguma razão bizarro ou odioso –, não é raro encontrarmos muito desses traços funcionando também em nossas mentes, ainda que de maneiras diferentes. Acredito que *pensar* é,

sobretudo, pensar *contra si mesmo*. Pensar contra um “si mesmo” intensamente limitado e estúpido e em favor de um “si mesmo” mais aberto, afirmativo e singular.

O que está em jogo neste escrito não é nem mesmo a crítica ou o ataque. Isso já se faz cotidianamente em todas as nossas redes. Trata-se aqui apenas de uma tentativa de compreensão, encarando aquele – difícilíssimo – exercício que Spinoza propõe ao pensador: “não rir, não deplorar, mas compreender”.

Para “compreender” qualquer fenômeno que envolva nossa espécie, penso ser de primeira ordem investigar suas bases psíquicas. Assim, a “psicologia do bolsonarismo” aqui empreendida começa com a questão: como funcionam nossas mentes? Quais devem ser as forças e mecanismos mais fundamentais das nossas mentes para que se torne possível um determinado fenômeno sociopolítico – tal como o bolsonarismo? É muito comum que se investigue as “consequências psíquicas” de fenômenos sociopolíticos tais como o “capitalismo” ou o “autoritarismo político”. Já o caminho contrário de investigação encontra muito poucos pesquisadores... quais são as *causas psíquicas* de fenômenos sociopolíticos tais como o capitalismo e o bolsonarismo?

O privilégio da primeira via de investigação me parece fácil de compreender: ao investigar as consequências psíquicas de fenômenos sociopolíticos, assumimos a posição de vítimas de um poderosíssimo agente externo que impacta o psiquismo e o domina. Já o segundo caminho – que é, francamente, o que mais me interessa – sempre nos implica no problema, uma vez que nos obriga a encarar o quanto nossos próprios desejos e fantasias estão investidos na sustentação de um fenômeno sociopolítico qualquer.

1. Pedagogia da frustração

Já faz algum tempo que venho tratando das fantasias de onipotência como fundamento da vida individual, social e política. Com essa simples chave interpretativa conseguimos compreender muitos fenômenos que, considerados com as lentes teóricas da tradição grega, cristã e iluminista, centradas na razão e na consciência, nos parecem absolutamente incompreensíveis. Um desses fenômenos é, certamente, o autoritarismo político.

Freud nos dá uma interessantíssima pista sobre o modo de funcionamento do aparelho psíquico. Ele nos diz que, desde o nascimento, nossa condição originária *na realidade* é o mais puro *desamparo* (*hilflosigkeit*)^[1]. No entanto, a condição originária da nossa vida psíquica *não corresponde a essa realidade*. E essa não correspondência é verdadeiramente radical: a condição originária da nossa vida psíquica parece encarnar justamente o contrário da situação de desamparo, isto é, parece que no nível mais fundamental das nossas mentes, há, desde o princípio, *um desejo – e, com o desejo, a fantasia – de poder absoluto, de onipotência*.

Em um texto muito significativo chamado *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*, Freud assim descreve nossa condição primordial:

“o estado de repouso psíquico foi originalmente perturbado pelas exigências peremptórias das necessidades internas. Quando isto aconteceu, tudo que havia sido pensado (desejado) foi simplesmente apresentado de maneira alucinatória, tal como ainda acontece hoje com nossos pensamentos oníricos a cada noite. Foi apenas a ausência da satisfação esperada, o desapontamento experimentado, que levou ao abandono desta tentativa de satisfação por meio da alucinação. Em vez disso, o aparelho

psíquico teve de decidir tomar uma concepção das circunstâncias reais no mundo externo e empenhar-se por efetuar nelas uma alteração real. Um novo princípio de funcionamento mental foi assim introduzido; o que se apresentava na mente não era mais o agradável, mas o real, mesmo que acontecesse ser desagradável. Este estabelecimento do princípio de realidade provou ser um passo momentoso.”^[2]

Nossa espécie tem algumas peculiaridades em relação às demais. Uma delas é que nascemos bastante prematuros. Enquanto as outras espécies conseguem – imediatamente ou em pouco tempo – buscar alimento, abrigo e proteção de perigos, nós passamos os longos primeiros *anos* de nossas vidas absolutamente incapazes de realizar qualquer uma dessas atividades mais básicas. Para nós, a coordenação motora e as capacidades cognitivas necessárias para satisfazer os mais básicos dos nossos desejos e necessidades exigirão anos de treino, exercícios, tentativas e erros para chegar, ao final, a um resultado apenas razoável – mesmo na maturidade, seguimos meio desajeitados. Os gatos e os peixes, por exemplo, têm uma coordenação motora muito mais apurada que a nossa. Uma vez que conquistamos tal coordenação, ela só tornará a ser abalada por enfermidades ou por alguma daquelas substâncias que consumimos justamente para propositalmente perturbá-la, a fim de amenizar as dores e angústias da existência adulta.

Dessa maneira, se estamos aqui hoje, eu escrevendo, vocês lendo, é porque alguns indivíduos mais maduros da espécie dispenderam penosas quantidades de tempo e energia para nos manter em primeiro lugar *vivos* e depois *minimamente funcionais* (e aqui não vai nenhuma romantização sobre o papel da “mãe”, do “pai” ou do que quer que se convençione chamar de “família”. Trata-se apenas de uma constatação objetiva). Essa incapacidade dá o tom da nossa condição originária de completo *desamparo*. Nascemos totalmente desamparados e assim permanecemos por longos anos.

Essa é nossa condição *de fato*. Mas em nossos aparelhos psíquicos as “necessidades internas”, as *pulsões*, estão impulsionando fantasias e alucinações de satisfação que são tomadas pelo aparelho psíquico como realidades. Realizar desejos automaticamente com a “força do pensamento” é o que Freud chamará muitas vezes depois de “onipotência de

pensamentos”^[3]. Ou seja, parece haver, desde o princípio, uma *fantasia primordial de onipotência* inscrita no cerne do próprio aparelho psíquico. Uma que o faz alucinar satisfações e gozá-las como reais.

É apenas com a “ausência da satisfação esperada” e o subsequente “desapontamento”, quer dizer, é apenas com as *frustrações* que lhe são impostas que o aparelho psíquico é levado a encarar sua situação *real* de *desamparo*. Com as frustrações tem início o longo processo – que dura toda a vida – de aprender a considerar as circunstâncias da realidade, tentar entender como funcionam e procurar produzir alterações reais nelas a fim de satisfazer desejos e suprir necessidades. Há toda uma *pedagogia da frustração* que introduz aos poucos o que Freud chama de *princípio de realidade* – essa capacidade difícilíssima de leitura e consideração das circunstâncias da realidade, indispensável para a prática constante de negociação que exigem para se mover ou não se mover como desejamos.

No entanto, essa fantasia primordial de onipotência não é simplesmente descartada. Sendo tão fundamental na estrutura do aparelho psíquico, talvez ela não possa mesmo ser descartada. O que acontece, desde muito cedo, é que ela “aprende” um engenhoso artifício a fim de se manter operante: ela se *projeta* em “outros”.

2. O mais engenhoso dos artifícios

Sustentar ilusões em relação à nossa própria onipotência exige um nível tal de negação da realidade que chega a ameaçar qualquer traço de funcionalidade mínima. Com muita frequência e desde muito cedo, as circunstâncias da realidade insistem em nos dizer “não”, em mostrar que não existem para nos satisfazer, nos impõem perdas, sofrimentos e frustrações com variadíssimas intensidades e essas experiências tendem a inviabilizar a sustentação de uma ilusão de onipotência individual.

Mas isso não significa que o desejo – e com ele a fantasia – de onipotência sejam descartados. Para manter-se em atividade, eles se projetam em um outro. Um outro, esse sim agora então considerado onipotente, mas que nutre uma atenção especial em relação a nós. A lógica passa a funcionar mais ou menos assim: “eu não sou onipotente, já sofri muitas frustrações para continuar sustentando tal fantasia. Mas esse outro, esse outro sim é onipotente, e ele me tem na mais alta consideração, logo, ele há de me proteger de todo o mal, suprir todas as minhas necessidades e satisfazer todos os meus desejos”.

Parece óbvio, dada a condição de prematuridade da espécie, que os primeiros alvos dessa projeção tenham sido aqueles indivíduos mais maduros da espécie que primeiro cuidaram de nós. Querendo ou não, com maior ou menor prazer, eles foram para nós os primeiros referenciais de proteção, cuidado e satisfação. No extremo oposto do nosso recém-experimentado desamparo, eles aparecem como os detentores do poder absoluto. Aqueles que podem nos livrar de todo o mal e nos prover absolutamente, suprimindo todas as nossas necessidades e satisfazendo todos os nossos desejos.

Dessa primeira projeção, no entanto, não tardarão também a vir as frustrações. É que esses indivíduos mais maduros da espécie têm suas próprias vidas, seus próprios problemas, seus próprios desejos e

necessidades e estão, cada um deles, “correndo atrás” de seus próprios desejos e fantasias em meio às circunstâncias da realidade, as quais, sabemos, podem ser bastante difíceis e dolorosas.

Assim, as ausências – mesmo as mais que justificadas – dessas figuras, são experimentadas como abandono. Os limites impostos, os “nãos”, as advertências e interdições são experimentados como terríveis frustrações. Mas a imposição de limite e o “não” ainda são prerrogativas do poder absoluto. Ele dá. Ele nega. As rachaduras nessa primeira projeção de onipotência começam a aparecer conforme vai ficando mais ou menos evidente que nossos primeiros cuidadores não dispunham nem de todo o poder – e possivelmente nem de todo o amor – que neles projetamos. Mais tarde perceberemos – se tudo correr bem – que cada um deles estava apenas tentando lidar com as circunstâncias da melhor maneira possível, em meio a uma balança nem sempre proporcional de alegrias e sofrimentos.

Esse não será, novamente, o fim das fantasias de onipotência. Desde que algum salto qualitativo nas conexões neuronais proporcionou a emergência dessa magnífica capacidade de fantasiar, o aparelho psíquico passou a alucinar seres infinitamente mais poderosos que os humanos – mas que cultivam em relação aos humanos uma atenção especial: os *deuses*.

Como nos ensina o psicanalista MD Magno, com sua teoria dos cinco impérios (A Mãe, O Pai, o Filho, o Espírito e Amém)^[4], a configuração dos deuses parece acompanhar os regimes de sexualidade vigentes que, por sua vez, produzem um regime-padrão de “primeiros cuidados”. No paleolítico, as deusas-mãe, com seus símbolos de fertilidade hiper-destacados parecem refletir os traços culturais de uma sociedade em que a origem da vida é um mistério. Nossos primeiros antepassados não conheciam onexo causal entre uma relação sexual de um tipo específico e a reprodução. Mulheres – então justamente por isso envolvidas numa aura de divindade e magia – começavam a apresentar estranhos sinais corporais e, algum tempo depois, simplesmente, “do nada”, surgia uma nova vida humana. Assim, as deusas-mãe figuravam como as poderosas doadoras da vida. Prestar homenagens à deusa significaria abundância, fartura, saúde e longevidade.

No Neolítico, com a revolução agrícola e a domesticação dos animais, surge também a compreensão de que um tipo específico de relação sexual pode gerar reprodução. É então que surge “o pai”. Teremos a partir de então

uma configuração social em que machos ciumentos aprisionam fêmeas em “sua” casa – à beira dos campos de agricultura e pecuária – para garantir que os filhos daquela mãe sejam os filhos daquele pai – sendo toda relação extraconjugal condenada como “adultério”, isto é, possível “adulteração” da paternidade. Será comum a partir de então, panteões com um deus-pai-todo-poderoso, fazendo-se acompanhar de uma deusa-mãe-esposa e uma vasta geração de “filhos”, cada um responsável por uma área ou tarefa – o deus dos mares, o deus da chuva, o deus do sol, a deusa da agricultura, a deusa da lua etc. Prestar homenagens a cada um desses deuses significa segurança, controle, estabilidade, fartura, prosperidade, proteção, vitória militar.

Mas isso ainda não era o bastante. Nossa fantasia primordial de poder absoluto lançaria mão ainda do mais engenhoso dos artifícios. Era preciso que cada um de nós fosse não apenas um mero mortal em negociação com seres imortais super-poderosos, mas *filho* do único Deus absolutamente onipotente criador absoluto do universo, de todos nós e de todas as coisas. Esse Deus assume uma prerrogativa que não coube aos seus antecessores, uma prerrogativa de que nem nossos primeiros cuidadores desfrutaram: a absoluta *infallibilidade*. Deus escreve certo por linhas tortas. Deus tem um plano que, com nossa inteligência limitada, não podemos compreender. O mal que sofremos é causado pelas circunstâncias, por falhas intelectuais ou morais nossas ou pelo demônio, que seja! Mas nunca pelo próprio Deus. Porque esse deus, absolutamente onipotente, é, além de tudo, *bom*. Ele é puro bem. Puro amor. E tudo que experimentamos de bom, é obra de Deus.

3. “Um perpétuo e irrequieto desejo de poder”

O fundamento psíquico de todo autoritarismo político é a projeção da fantasia de onipotência em um ser-humano supostamente especial. Por muito tempo, do Egito Antigo à moderna Europa, os reis eram considerados representantes de Deus. O Deus encarnado. Aquele que, assumindo o poder absoluto de Deus na Terra, pode nos prover segurança, estabilidade e paz absolutas. Ele, esse governante envolvido pela aura do poder absoluto, pode nos livrar de todo o mal. Só ele pode suprir todas as nossas necessidades e satisfazer todos os nossos desejos. Ele é severo com quem não observa seus mandamentos morais, esse governante supremo. Ele exige sacrifícios. Sim. Mas é sempre em nome de um bem maior – do nosso próprio bem maior – ainda que não compreendamos.

É essa a forma fundamental do autoritarismo político. Vladimir Safatle, na famosíssima obra *O Circuito dos Afetos*^[5], numa tese que já se tornou canônica, faz remontar a filosofia política do autoritarismo a Hobbes. Segundo Safatle, Hobbes descreve a forma fundamental de todo autoritarismo político: um sistema fundado sobre os afetos do *medo* e da *esperança*, em que cada indivíduo, por *medo* de ser agredido, violentado e roubado pelos demais, por medo de ter suas propriedades mais fundamentais – inclusive a própria vida – violadas pelos outros, deposita sua *esperança* de viver em plena ordem, segurança e estabilidade, desfrutando tranquilamente de suas propriedades, numa *autoridade suprema*. Assim, cada um abre mão do seu próprio quinhão de poder e o transfere para uma única autoridade então feita representante do poder absoluto – e plenamente autorizada a utilizá-lo livremente a fim de garantir a ordem, a segurança e a estabilidade.

Segundo Safatle, seria necessário construir uma outra forma social, baseada não nos afetos do medo e da esperança, mas no afeto fundamental

do *desamparo*, nossa condição originária, tal como descrita por Freud. Assim, poderíamos construir uma sociedade justa, igualitária e cooperativa.

Safatle se engana quanto a – ou omite – um elementantíssimo, comum a Hobbes e Freud: o *desejo de onipotência*. Em Hobbes, é preciso sair do “estado de natureza” e fundar um Estado garantido pelo poder absoluto da autoridade máxima porque é “tendência geral de todos os homens, *um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder*, que cessa apenas com a morte”^[6]. E é só porque cada um deseja o poder absoluto que cada um tem *medo* de não consegui-lo e de perder o pouco que tem e que cada um tem *esperança* de, através da projeção de poder absoluto numa “autoridade” suprema, manter acesas suas próprias fantasias de poder absoluto, ainda que, nesse caso, elas se manifestem apenas como fantasias – e ilusões, diga-se de passagem – de ordem, paz e estabilidade absolutas.

Já o desamparo, como vimos, embora constitua realmente nossa condição originária de fato, só é percebida como tal pelo aparelho psíquico através de uma longa pedagogia da frustração, pois a mente, em seu nível mais fundamental e desde o princípio, é co-movida por um desejo – e uma fantasia – de onipotência.

Assim, instaura-se uma situação que pode parecer paradoxal, mas que com esse esquema geral conseguimos compreender muito bem: o desejo de poder absoluto engendra um desejo – e uma situação real – de submissão e subserviência quase absolutas. Esta lógica parece já estar presente em nossas primeiras projeções de poder absoluto: este “outro” que cuida, protege, vigia e castiga – (nossos primeiros cuidadores) – é absolutamente poderoso. Por isso tenho de me submeter a ele, tenho de aceitar sua lei, tenho de tentar corresponder aos seus desejos e projeções e assim, permaneço sendo cuidado, amado, desejado, protegido. Se consigo me submeter completamente a este “outro” onipotente, garanto com isso que ele satisfará todos os meus desejos e necessidades e me livrará de todo o mal. Assim também o religioso deve se submeter ao seu Deus e o fanático de ideologias políticas deve se submeter ao seu líder. Não é difícil compreender, a partir daí, o que Spinoza quer dizer com a famosa frase que figura no prefácio do seu Tratado Político: “o grande segredo do regime monárquico e aquilo que acima de tudo lhe interessa é manter os homens enganados e disfarçar, sob o especioso nome de religião, o medo em que

devem ser contidos para que combatam pela servidão como se fosse pela salvação e acreditem que não é vergonhoso, mas sumamente honroso, derramar o sangue e a vida pela vaidade de um só homem”^[7]

Relendo a afirmação de Spinoza em nossos termos, diríamos: o regime *mon-árquico*, aquele cujo *poder* é de *um*, este um-outro no qual se projetam as fantasias de poder absoluto de muitos, mantém os homens enganados, iludidos, num sistema necessariamente “religioso” de adoração a um poder absoluto. A adoração vem junto com o *medo* de que esse um-outro onipotente perca sua consideração por eles e volte contra eles o seu absoluto poder; ou com o *medo* de que a imagem hiperinflada do líder se quebre e que o véu de Maya, rasgado, revele a puerilidade da ilusão. A adoração também se faz acompanhar pela *esperança* de que “o líder” os mantenha na mais alta consideração e satisfaça todos os seus desejos e necessidades, livrando-os de todo o mal e garantindo para eles um máximo de paz, estabilidade, segurança e controle. Para evitar o que temem e obter o que esperam – e o que esperam nada mais é do que o gozo do poder absoluto pulsionalmente requerido – é preciso que se submetam subservientemente ao poder do outro. Assim, nessas condições, eles lutam por sua servidão como se fosse sua salvação. É preciso se submeter absolutamente ao poder absoluto a fim de por ele ser salvo. De maneira que cada um confia ser sumamente honroso “derramar o sangue e a vida pela vaidade de um só homem” - este um-homem supostamente absolutamente poderoso, este mon-arca.

Assim conseguimos também responder à tão pertinente questão do jovem La Boétie em seu “Discurso sobre a servidão voluntária”:

“Quero para já, se possível, esclarecer tão-somente o fato de tantos homens, tantas vilas, cidades e nações suportarem às vezes um tirano que não tem outro poder de prejudicá-los enquanto eles quiserem suportá-lo; que só lhes pode fazer mal enquanto eles preferem aguentá-lo a contrariá-lo.

Digno de espanto, se bem que vulgaríssimo, e tão doloroso quanto impressionante, é ver milhões de homens a servir, miseravelmente curvados ao peso do jugo, esmagados não por uma força muito grande, mas aparentemente dominados e encantados apenas pelo nome de um só homem

cujo poder não deveria assustá-los, visto que é um só, e cujas qualidades não deveriam prezar porque os trata desumana e cruelmente”.^[8]

O desejo de onipotência projetado em um “outro” cria autoridades supremas que passam a assumir as prerrogativas de Deus. Além de um ideal supremo de “força”, “proteção” e uma capacidade hiperinflacionada de garantir ordem, estabilidade e segurança - “resolver tudo isso que está aí” - Bolsonaro conseguiu assumir a mais difícil das prerrogativas divinas – uma que nem nossos primeiros cuidadores conseguem, uma que nem mesmo os líderes autoritários em geral conseguem: a *infalibilidade*.

Como Deus, aos olhos de seus seguidores, Bolsonaro se tornou infalível. O que nos acontece de ruim – desemprego, pobreza, péssimas condições estruturais na saúde e na educação, fuga de capital, corrupção etc. - não são obra sua. São culpa de outros: das circunstâncias da realidade, da natureza, do STF, do congresso, dos governos passados, “da esquerda” (capaz de incluir qualquer um que divirja minimamente da sua cartilha), da degeneração moral da sociedade etc., mas nunca dele, jamais dele. Tudo o que pode ocorrer de “bom”, tenha mais ou menos elementos de realidade ou de delírio – auxílio emergencial, a vitória simbólica da moral cristã, a derrota dos inimigos corruptos e degenerados, a honestidade, a veracidade, a preparação para um futuro próspero etc. - tudo isso são obras exclusivamente suas e de mais ninguém.

É como os cristãos costumam lidar com a “providência divina”. Se alguém sofre um terrível acidente automobilístico, sofre graves ferimentos, passa meses de complicadíssima recuperação em um hospital, mas sai vivo da experiência, diz-se: “foi Deus que te salvou! Graças a Deus!”. Mas jamais se atribui a Deus – o governante supremo de todas as coisas – o próprio acidente e seus incômodos efeitos.

4. O Narcisismo da massa

Mas, por que justamente esse líder? É difícil recusar a impressão de que o líder autoritário poderia ser qualquer um, na medida em que ele parece ocupar seu lugar muito mais por corresponder a um desejo de poder/alienação da massa do que por suas qualidades expressivas em qualquer área. Mas o fato é que, na prática, o líder calha de ser justamente aquele e não qualquer outro. Por que? Por que a identificação se dá justamente com aquele líder e não com qualquer outro? Por que justamente Bolsonaro?

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud nos dá uma boa pista: a identificação com o líder é sempre de certa forma *narcísica* em dois possíveis sentidos:

“Percebemos tal prodígio como significando que o indivíduo renuncia ao seu ideal do Eu e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder. Devemos acrescentar, a título de emenda, que esse fenômeno não tem a mesma grandeza em todos os casos. Em muitos indivíduos a separação entre Eu e ideal do Eu não progrediu bastante, os dois ainda coincidem facilmente, o Eu conserva amiúde a anterior autocomplacência narcísica. A escolha do líder é bem facilitada por esta circunstância. Com frequência ele necessita apenas possuir de modo particularmente puro e marcante os atributos típicos desses indivíduos e dar a impressão de enorme força e liberdade libidinal; então vai ao seu encontro a necessidade de um forte chefe supremo, dotando-o de um poder tal que ele normalmente não poderia reivindicar. Os outros, cujo ideal de Eu, de outro modo, não se teria corporificado sem correções na sua pessoa, veem-se então arrebatados “sugestivamente”, isto é, por identificação.”^[9]

A identificação com o líder é sempre narcísica. No primeiro caso, uma espécie de narcisismo projetivo: aquilo que me falta, o “ideal de eu” ao qual estou bem longe de corresponder na realidade está lá, neste outro que o

encarna com perfeição. No segundo caso, um narcisismo mais propriamente especular: aquelas características que julgo possuir e das quais muito me orgulho e vanglorio em eterna autocomplacência estão também justamente lá, neste outro que se candidata a ser meu líder, só que nele essas características estão elevadas à enésima potência. Ele é como um espelho hiperbólico que ressalta com nitidez e perfeição aqueles traços que mais amo em minha própria personalidade.

Sem rodeios, podemos assumir com alguma clareza que a identificação narcísica com Bolsonaro é do *segundo* tipo. Ele é o que os brasileiros são. Numa lente de aumento. Como Ivann Lago apontou brilhantemente em seu texto “O Jair que há em nós”:

“O ‘brasileiro médio’ gosta de hierarquia, ama a autoridade e a família patriarcal, condena a homossexualidade, vê mulheres, negros e índios como inferiores e menos capazes, tem nojo de pobre, embora seja incapaz de perceber que é tão pobre quanto os que condena. Vê a pobreza e o desemprego dos outros como falta de fibra moral, mas percebe a própria miséria e falta de dinheiro como culpa dos outros e falta de oportunidade. Exige do governo benefícios de toda ordem que a lei lhe assegura, mas acha absurdo quando outros, principalmente mais pobres, têm o mesmo benefício.

Poucas vezes na nossa história o povo brasileiro esteve tão bem representado por seus governantes. Por isso não basta perguntar como é possível que um Presidente da República consiga ser tão indigno do cargo e ainda assim manter o apoio incondicional de um terço da população. A questão a ser respondida é como milhões de brasileiros mantêm vivos padrões tão altos de mediocridade, intolerância, preconceito e falta de senso crítico ao ponto de sentirem-se representados por tal governo. ”^[10]

Para responder ao questionamento de Ivann Lago, basta um rápido sobrevoo em nossa história. Desde a invasão destas terras pelos portugueses em 1500, por 322 fomos oficialmente colônia, por 388 anos vivemos o horror do escravismo. Por mais tempo ainda que isso vivemos uma realidade “senhorial”: toda a vida era estruturada em torno da figura de um homem, branco, cristão, de posses e publicamente heterossexual. Como senhor e coronel esse homem branco acumulava os poderes executivo, legislativo e judiciário das suas terras. Patriarca, era dono-proprietário de

terras, pessoas e coisas. Comandava com mão-de-ferro sobre seus familiares, seus jagunços e seus escravos.

Vale ressaltar que a escravidão por aqui teve “cara”: milhões de pessoas foram brutalmente sequestradas do continente africano, apinhadas em navios da morte, acorrentadas e carregadas através do Atlântico em condições absolutamente insalubres. Os que aqui chegavam eram vendidos em mercados públicos e postos para trabalhar para senhores e senhoras descendentes de europeus – assíduos nas missas de domingo – sob a mira de chicotes e sob a ameaça de terríveis torturas físicas – que não se hesitava em se fazer cumprir. Desnecessário ressaltar a condição sub- ou des-humana dessa situação de “trabalho”.

A convivência prolongada nessa situação social colonial, senhorial e escravista – tendo a escravidão uma configuração bem específica quanto à descendência dos senhores e dos escravizados – acabou por gerar uma sociedade extremamente autoritária, machista, racista e classista.^[11] Do almoço de domingo aos olhares desconfiados nos espaços públicos, da notícia de jornal à novela das nove, das relações de trabalho aos grupos de whatsapp, das piadas despreziosas às incursões policiais nas comunidades... são esses os “valores” que reproduzimos cotidianamente.

Na época das eleições circulava um vídeo que exibia uma compilação das "piores falas" de Bolsonaro. Arroubos de autoritarismo, agressividade, preconceitos diversos etc. Por algum tempo, enviei esse vídeo para apoiadores, julgando ingenuamente que os faria mudar de ideia... até que um dia, um conhecido postou esse mesmo vídeo em sua *timeline* com a legenda: "é por isso que vou votar nele!".

Esse rapaz abriu meus olhos. Juntando Ivann Lago com Freud temos de compreender que Bolsonaro não está lá "apesar" de todas as atrocidades que diz e representa. Ele está lá *por causa de* todas as atrocidades que diz e representa. Está lá porque soube – ou souberam para ele – capturar e capitalizar em cima das forças agressivas e violentas que, por um lado, construíram a história extremamente agressiva e violenta do nosso país. As mesmas forças agressivas e violentas que, por outro lado, pelo cultivo de uma imagem idealizada e ilusória de humano associada a uma educação baseada em repressão, seguiram "proliferando no escuro", famintas por expressão. Ele é a voz dessas forças. Seja pelo sadismo ou pelo

masoquismo. E enquanto for esse o tesão, será difícil nos livrarmos do bolsonarismo.

5. Negação da realidade

A sustentação de qualquer fantasia de onipotência exige a negação de blocos inteiros de circunstâncias da realidade. O aparelho psíquico, aliás, como nos informa Freud, já “nasce” negando a realidade do desamparo primordial a fim de sustentar uma absolutamente injustificável fantasia de onipotência pessoal. Com os primeiros cuidadores ocorrerá o mesmo. Também com os amantes em quem projetaremos fantasisticamente o poder absoluto de nos prover satisfação, completude, proteção, de nos livrar de todo o mal, de nos “fazer felizes” ou, pelo contrário, que nos garantirão o exercício da fantasia de sermos nós mesmos, em relação a eles, os seres onipotentes capazes de completá-los, de cuidar deles, de protegê-los, de livrá-los de todo o mal, de “fazê-los felizes” etc.

Quanto mais intensa essa projeção, maior o nível de denegação exigida. Deus, por exemplo, exige que se negue toda e qualquer evidência científica encontrada desde o século XVII – ao menos até que se consiga empurrá-lo para um nível explicativo anterior. É preciso negar que a Terra gira em torno do sol, pois Deus criou o firmamento imóvel. Ao menos até que se consiga lançar mão de um intrincado estrategema mental capaz de conciliar a nova compreensão com a “vontade de Deus”. É preciso negar que haja microorganismos – que a Bíblia esquece de mencionar que Noé levou na arca – até que se consiga empurrar novamente Deus até um nível explicativo anterior. Se antes a doença e a cura eram a vontade de Deus, agora, sabemos que são causadas por microorganismos e curados pelo combate a esses mesmos microorganismos, mas a causa real de ambas as operações é a “vontade de Deus”. É preciso negar que haja dinossauros - “você acredita em dinossauros, professora?”, perguntou um aluno a uma professora de história que me é muito próxima...

Nenhum de nós jamais viu um dinossauro. Mas encontramos fósseis que passam a contar como evidências de que existiram dinossauros. Podemos

imaginar com alguma exatidão como eram e como viviam. Mas para salvar a onipotência divina tal como registrada pelo texto considerado sagrado pela religião, é preciso negar as evidências. Há quem afirme que os fósseis são uma evidência plantada por ateus ou mesmo um artifício criado pelo próprio demônio para confundir nossas mentes. A teoria da evolução nos fornece bons indícios de que as espécies não foram criadas num passe de mágica por um ser onipotente, mas que passaram por um longo processo de adaptações e mutações aleatórias até chegarem a ser o que são. Mais uma vez, para seguir sustentando a onipotência divina é preciso negar as evidências da evolução e afirmar que se trata de algum tipo de esquema ateu para desautorizar a majestade divina.

Notem que esses estrategemas e artifícios utilizados para proteger a onipotência do “outro” - Deus, por exemplo – são na verdade artifícios para manter intacto o sonho da *própria onipotência*. Afinal, esse outro, que creio onipotente, é meu “pai”, nutre uma consideração especial por mim e pode me proteger de todo o mal, suprir todas as minhas necessidades e satisfazer todos os meus desejos, garantindo para cada um de seus “filhos” - ao menos para os mais obedientes – um máximo de ordem, paz, estabilidade e segurança – se não nessa vida, ao menos na outra!

Da mesma forma, os seguidores de Bolsonaro têm de negar amplas porções da realidade, vastas gamas de evidências diversas, a fim de seguir sustentando as fantasias de poder absoluto projetadas em seu líder. Reescrevem a história, afirmando que não houve tortura, violência e corrupção nos “áureos” tempos da ditadura militar – isso quando não exaltam simplesmente a tortura e a violência então justificadas por terem sido praticadas contra o inimigo, contra a esquerda (o que é outro caso). As notícias que mostram a corrupção, incompetência ou estupidez do líder supremo são sumariamente (de)negadas como meros artifícios da grande mídia para derrubar o “mito”.

Então veio a pandemia no início de 2020. Muitos imaginaram que o vírus, sendo um dado natural capaz de causar efeitos muito concretos no mundo real, efeitos absolutamente não-ignoráveis e não-negáveis como o adoecimento e a morte, seria um dado de realidade tão forte que a atitude *blasé*, despreocupada e infantil de Bolsonaro, ao negar a gravidade da situação apressaria sua queda. Mas, não. Ilusões cristalizadas podem ser muito mais fortes do que dados de realidade – e frequentemente são.

Chegamos à espantosa situação na qual mesmo cercados pelo adoecimento e pela morte – já não há mais (no início de 2021) quem não conheça alguém próximo que adoeceu mais ou menos gravemente com a doença... Mesmo com as UTIs colapsando, mesmo com as fortes imagens dos doentes sofrendo com a falta de ar e dos corpos acumulados em câmaras frias, muitos dos seguidores mais fanáticos do líder supremo conseguem negar a realidade da pandemia. Afirmam ser tudo uma invenção da mídia, um esquema da China ou uma gripe um pouco mais forte alardeada como mal mortal para prejudicar o que teria sido – se não fosse isso – o excelente governo do Messias.

6. Fake News

Difícilmente paramos para pensar que a circulação indiscriminada de fake news não seria nenhum problema “em si”. O que constitui um grave problema sociopolítico – e de saúde pública – é que as pessoas pareçam tão dispostas a acreditar em fake news. Por que isso acontece? Quando nos surpreendemos com o impressionante avanço das “fake news” mais escabrosas, tomamos por dado de realidade uma antiga crença ocidental, uma que aparece enunciada logo no princípio da *Metafísica* de Aristóteles: a ideia de que “todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer”, de modo que poderíamos acrescentar tranquilamente: “conhecer a realidade tal como ela realmente é”.

Quando assumimos o ponto de vista do desejo, nos deparamos justamente com o predomínio da disposição contrária! Como nos lembra Freud, o aparelho psíquico, com seu fundo desejante-fantasia, já chega ao mundo com uma atitude fundamental de *negação* da sua realidade mais básica, o desamparo – em nome da afirmação de sua fantasia mais básica, a onipotência.

Assim, os pilares da tradição racionalista, com a ideia bastante consolidada de que nossa lida com a realidade é primariamente “racional”, parecem encarnar, eles próprios, uma forma bastante radical de *negação* da realidade. Nossa lida com as circunstâncias e informações que recebemos não parece ser primariamente racional, no sentido de avaliação distanciada, comparação, exame minucioso de possíveis causas e consequências, num trabalho exclusivamente intelectual sempre orientado para a verdade e a realidade, que só depois de um bom tempo gera uma *decisão bem fundamentada*.

Nossa lida com a realidade parece ser primariamente afetiva, preconceituosa e toda atravessada por ilusões – isto é, remodelações de

parcelas mais ou menos amplas da realidade para que corresponda um tanto mais aos nossos desejos de onipotência.

Nossa “visão de mundo” e nossas “opiniões” se formam a partir de uma intrincada rede “afetiva” - de circunstâncias que nos afetam desde a primeira infância, nas palavras, toques, gestos e exemplos dos nossos primeiros cuidadores; nas relações com as autoridades (professores, inspetores e diretores) e “amiguinhos” da escola; nas relações amorosas, bem como de amizade e inimizade que estabelecemos da infância à vida adulta; nos ensinamentos que nos foram passados pela religião vigente em nosso tempo e nosso lugar e que nossos familiares nos ensinaram a seguir; nos “valores” veiculados pelas mídias, desde os desenhos animados e jogos de videogame até as novelas e séries que hoje assistimos; nas nossas relações com as pessoas que exerceram para nós o papel de “mestres” (professores, líderes religiosos, ídolos artísticos). Etc, etc, etc.

A rede é enorme, tende ao infinito. O tempo de uma vida não seria suficiente para mapeá-la inteira, até porque, esse mapeamento tem o agravante de ser sempre perspectivo e interessado, de maneira que a “hestória” que hoje conseguimos “ver” e que “se conta” para nós mesmos e para os outros a fim de dizer “quem somos”, é cheia de lacunas e edições nada imparciais, pois movidas por nossos desejos e fantasias atuais.

Além do mais, esse jogo de “influências” torna-se ainda mais intrincado e complexo quando consideramos aquilo que o psicanalista MD Magno afirma ser o caráter mais essencial da mente: o “revirão”. A mente não traz inscritas em si “avaliações” quanto ao que é certo ou errado, verdadeiro ou falso, justo ou injusto, nem traz em si modelos que lhe digam “quem” ou “o que” deve se esforçar para “ser” ou para “não ser”. Desde muito cedo, no entanto, a partir dessas influências do “ambiente” circunstante, essas marcações vão se inscrevendo na mente com maior ou menor violência repressiva. No entanto, toda avaliação que se inscreve como *positiva*, como “gostei”, como “prazer”, como “quero mais” ou como “quero ser assim!”, imprime também *a marca do seu avesso*. De modo que para uma influência marcada como positiva, seu avesso negativo segue, como diria Freud, proliferando no escuro – e proliferando tanto mais e tanto mais no escuro quanto maior a força de repressão para sustentar a “positividade” da marcação.

Por isso Freud falava da “ambivalência” das nossas relações mais fundamentais. Os primeiros cuidadores, como representantes do poder absoluto, são aqueles que mais amamos por nos prover todos os nossos desejos e necessidades alimentando nossas ilusões narcísicas de sermos muito importantes e muito amados; por outro lado, são aqueles que mais odiamos pois é próprio desse outro absolutamente poderoso o também impor limites e dizer não – seja com sua ausência ou com advertências mais ou menos enérgicas. Assim, uma marcação de “eu-te-amo-eu-te-odeio” (o que Lacan chamaria de *hainamoration* [amódio] acompanhada por um ideal de Eu que diz “eu-querer-ser-como-você-não-querer-ser-como-você” frequenta as profundezas da mente desde os nossos primeiros anos. (Marcações que se repetirão nas posteriores relações que acolherão as projeções das nossas fantasias de onipotência).

Isso explica por que com alguma frequência o desejo e o esforço de *não sermos como* aquele pai agressivo, acaba nos levando justamente à agressividade; como o desejo de não sermos como aquela mãe ausente, acaba nos levando ao distanciamento. Ou, como o desejo de sermos tão fortes como nossas mães um dia nos pareceram acaba nos levando a uma insistente postura de fragilidade e o desejo de sermos tão sedutores quanto nossos pais pode acabar nos levando a uma insuperável inibição. Como a mente funciona em revirão, o modelo inscrito positivamente inscreve também uma marca negativa que, proliferando no escuro, pode acabar nos atraindo sem que percebamos. Assim, acabamos repetindo muitos dos traços dos nossos primeiros cuidadores dos quais queríamos em primeiro lugar nos afastar.

Vejam então que nossa lida com as circunstâncias e informações que nos chegam não é primariamente racional. Cada circunstância ou informação já é “de cara” processada e interpretada por essa intrincada rede de marcações efetivas que constroem para nós uma série de ideais sobre “quem ou o que *queremos ser*” e “quem ou o que *não queremos ser*” - computada aí a ambivalência revirante que nos faz frequentemente, na tentativa de nos tornar quem queremos ser, acabarmos agindo justamente de acordo com aquilo que não queremos ser – e vice-versa.

Por isso a argumentação racional parece ter tão pouca força diante do impacto afetivo de uma imagem ou vídeo de *whatsapp* que, caindo na minha rede afetiva, *confirma* todos os meus ideais de vida. Faltaria dar

conta ainda da informação de que “nós, os esclarecidos, os que nos guiamos pela razão e pela consciência e não caímos nessas *fake news* tão toscas” somos movidos em nossas opiniões e visões de mundo pelo mesmo mecanismo afetivo-desejante-fantasia, isto é, uma mente movida em seu nível mais fundamental por uma pulsão de poder absoluto, que vai sendo afetada de múltiplas – e ambivalentes – maneiras pelas relações circunstanciais nas quais se encontra e que, a partir dessa intrincada e complexa rede de influências ambivalentes forma ideais de “quem ou que ser” e “quem ou o que não ser”. Ou seja, não é por razões lógicas que defendemos o que defendemos e atacamos o que atacamos... e todos nós, em alguma região da realidade, acreditamos em *fake news*.

Isso porque, ao contrário do que pretende a tradição logocêntrica ocidental capitaneada por Aristóteles, nós não somos seres voltados em primeiro lugar para a verdade e o conhecimento da realidade enquanto tal. Tudo indica que somos seres originalmente muito mais bem-dispostos para a *ilusão*. Prova disso é a maneira como em geral consideramos a “desilusão”. Para seres primordialmente interessados na realidade enquanto tal, a desilusão seria um presente e uma razão de comemoração. Mas, para nós, que como seres intrinsecamente desejantes, vivemos das ilusões de satisfação dos nossos desejos, a desilusão cai como uma bomba e um motivo para sofrida lamentação.

Isso explica porque pessoas com uma tão sólida formação universitária – de base iluminista-racional-científica – abraçam com total confiança a *fake news* mais tosca que receberam no grupo do trabalho ou da família no *whatsapp*. É o que o *poder* das redes afetivas, dos desejos e das fantasias é muito maior do que o limitado poder da articulação racional.

Vivemos imersos em fantasias entrelaçadas em complexas redes afetivas. No entanto, nossas fantasias e nossas redes afetivas podem ser mais ou menos limitantes, mais ou menos inclusivas, mais ou menos reprodutoras de valores socialmente estabelecidos, mais ou menos criativas. É sempre válido o esforço para ampliar as capacidades de consideração, articulação, negociação e criatividade das nossas fantasias e redes afetivas. Por outro lado, há quem invista justamente em manter suas fantasias e redes afetivas sempre mais fechadas, rígidas, excludentes e limitantes. É que investir na abertura, na maleabilidade e na proliferação de possibilidades nos põe com alguma frequência em contato com nossa irremediável

situação existencial de risco em meio a um mundo de circunstâncias caóticas e frenéticas que seguem seu próprio curso indiferentes à nossa sorte. O investimento no fechamento e na rigidez promete nos livrar desse inconveniente... mas, como a realidade, por mais que se a negue, teima em se impor, as promessas de segurança e estabilidade teimam também em não se cumprir...

7. “O inimigo”

É curioso que muitos cristãos tenham passado a se referir ao demônio como “O inimigo”. Nós precisamos do poder absoluto de Deus, porque tomamos parte numa luta universal entre o Bem e o Mal, entre Deus e “o inimigo”. “O inimigo” é infinitamente menos poderoso que Deus. Afinal, Deus é absolutamente onipotente, Lúcifer é apenas um anjo rebelde.

A luta entre um “bem” todo-poderoso e um “mal” infinitamente menos poderoso assume contornos tão curiosos no fenômeno do autoritarismo político quanto na religião cristã. Se “o inimigo” é tão menos poderoso, por que precisamos sempre empregar todas as nossas forças – contando com o auxílio de um poder absoluto – para derrotá-lo? Por que um poder que é absoluto não derrota de uma vez por todas um poder menor? É que o poder do inimigo, nessas guerras santas, é paradoxalmente hiper-inflado, de modo que vivemos com a impressão de que ele é, na realidade, mais poderoso do que todos nós – que estamos ao lado do poder absoluto^[12].

“O inimigo” é “ardiloso”. Ele emprega meios que Deus não empregaria. Ele subverte a ordem. Ele usa máscaras e disfarces. Ele confunde. Pensem em Hitler e na necessidade de “eliminar” a “ameaça” judia. Se os arianos são tão superiores e tão absolutamente poderosos, por que eles têm de lutar com um “inimigo” que, paradoxalmente, é absolutamente inferior a eles, mas aparentemente infinitamente mais poderoso que eles? Os judeus ameaçam a estabilidade, a ordem e a segurança. Os judeus, esse povo inferior por natureza, domina o mundo inteiro. São os donos dos bancos, são os donos das joalherias, são os donos da imprensa, são os donos da indústria cultural, do rádio, do cinema, das escolas, das universidades etc. É preciso proteger a Alemanha – essa potência absoluta – contra os inferiores porém absolutamente poderosos que já dominam – pelo poder financeiro – os Estados Unidos – e pela obediência às obras do judeu Karl Marx – a União Soviética. A Alemanha, aquela que, por natureza de sua

superioridade deve ser a maior potência do mundo, está gravemente ameaçada pelas duas maiores potências mundiais – que lhe são ao mesmo tempo muito inferiores (por serem dominadas por judeus), mas muito superiores.

“A esquerda” é esse mal terrível que o bolsonarismo deve exterminar. Em poucos anos o conceito de “esquerda” dos bolsonaristas se tornou tão amplo e tão elástico que hoje é capaz de incluir praticamente qualquer um. O PT era o partido dominante corrupto de esquerda que se tratava de derrubar. Os movimentos sociais que levantam suas vozes contra o identitarismo do homem-branco são a esquerda subversiva que pretende destruir a moral e os bons costumes, a família e a vida. É preciso sufocá-la. O PSDB, apesar da agenda neoliberal, se não apoia Bolsonaro – ainda mais tendo “social democrata” no nome – é a esquerda mais-do-mesmo que é preciso descartar.

“A esquerda” é “o inimigo”. Representa tudo de ruim. A subversão de todos os valores. A destruição de toda a moral e de toda a respeitabilidade que a duras penas, ao longo dos séculos, os seres humanos conseguiram incluir em suas relações. Esse inimigo é, na realidade, infinitamente menos poderoso que o bolsonarismo. Não faz majorias no congresso, não elege cargos executivos. Desde 2014 temos congressos com ampla maioria conservadora. E, no entanto, no imaginário bolsonarista, “A esquerda” domina todas as principais instituições do país. Dominam inteiramente a política institucional. Dominam o congresso. Dominam o STF. Dominam inteiramente a educação. Doutrinam gerações e gerações de crianças, adolescentes e jovens na “cartilha esquerdista”. Dominam as universidades. Dominam a produção de livros didáticos. Escrevem e reescrevem a História a seu bel-prazer – o que serve de desculpa para o próprio bolsonarismo reescrever a História a seu bel-prazer. Dominam a ciência – daí os artifícios ateus das teorias científicas para desbancar o cristianismo. Dominam os meios de comunicação. Todas as mídias – tvs, rádios, jornais, novelas, redes sociais – são “de esquerda”, salvando-se raríssimas exceções que, caso entrem em desacordo com o presidente, são rapidamente empurradas para o campo absolutamente inclusivo da esquerda.

Esse artifício, de um “inimigo” que, apesar de muito inferior, é apresentado como infinitamente poderoso, constitui uma excelente manobra para a necessária (de)negação da realidade. Assim, qualquer dado de

realidade que entre em conflito com o discurso mais recente do “mito”, desde que tenha saído na mídia, pode ser tranquilamente desqualificado como propaganda antibolsonarista da mídia esquerdista. Qualquer dado histórico que contrarie o último discurso bolsonarista, desde que conste em um livro de História, pode ser tranquilamente desqualificado como uma fabricação de professores esquerdistas que escrevem os livros de História. Qualquer dado científico pode ser desqualificado como manobra de cientistas ateus-esquerdistas. Qualquer argumento, desde que venha de alguém ligado a universidades, pode ser tranquilamente refutado, pois as universidades são “antros esquerdistas” e assim por diante.

O autoritarismo político precisa de inimigos. De preferência um inimigo contra o qual nunca se possa parar de lutar e, ao mesmo tempo, um inimigo que não possa ser absolutamente vencido e exterminado. Assim como Deus inexplicavelmente não derrota o demônio de uma vez por todas, o absolutamente poderoso líder autoritário deverá permanecer em guerra perpétua contra um inimigo – muito menos poderoso, porém muito mais poderoso – sem jamais chegar a exterminá-lo. Os grandes impérios têm ostentado a incrível capacidade de permanecer perpetuamente engajados em guerras intermináveis contra inimigos externos. Lutar contra um “inimigo” reforça o sentimento de união e pertencimento a uma causa comum verdadeira, boa e justa.

Do ponto de vista psíquico, “o inimigo” cumpre ainda um importante papel na economia pulsional, que esperamos esclarecer no tópico seguinte.

8. Moralismo

Começamos o texto destacando que no nível mais fundamental da mente opera uma pulsão – e com ele uma fantasia – de onipotência. Isso significa também que, no nível mais fundamental do aparelho psíquico – e essa é uma importantíssima contribuição de Freud – não há nenhuma marcação moral de saída. Nenhum registro inato de “certo” e “errado”, “bem” e “mal”. Há apenas desejo de poder. Desejo de poder-prazer. Desejo de gozar o poder. “Além de bem e de mal”, como diria Nietzsche.

No entanto, esse aparelho psíquico chega sempre a uma sociedade cheia de “valores” estabelecidos. Valores são avaliações quanto ao que deve “valer mais” e o que deve “valer menos” na determinação do comportamento humano. Esses “valores” são muito menos coesos do que parecem. A mesma sociedade te passará mensagens mistas, confusas e contraditórias nos seus diferentes âmbitos de transmissão de valores. Além do mais, com alguma frequência as mesmas pessoas, grupos, instituições ou a própria sociedade como um todo, te passam uma determinada avaliação com palavras e discursos e te ensinam justamente o contrário na prática com seus atos e exemplos.

A moral estabelecida, como conjunto de “avaliações” fixadas em “tábuas”, para se impor a todos, como pretende, como “lei absoluta”, deve funcionar como se fosse eterna, universal e absolutamente verdadeira. Logo, ela se supõe fundamentada por um fundamento absoluto, transcendente, um “deus”. Assim, os 10 mandamentos do povo judeu não deviam ser vistos como um conjunto de “avaliações” forjadas por pessoas ou por um grupo de pessoas, mas como uma “tábua” de valores recebidas no alto do monte por Moisés das “mãos” do próprio Deus. Em nossas sociedades ocidentais, desde o século XVIII, ao menos dois deuses disputam a hegemonia das avaliações – o Deus cristão e o Deus dinheiro^[13].

Assim, a mesma sociedade te ensinará em suas escolas e em muitas de suas mídias – desenhos, filmes, séries – os valores cristãos de abnegação, altruísmo, paciência e humildade – e te mostrará através dessas mesmas mídias e de exemplos práticos que o valor supremo é o “sucesso” medido em bens materiais e escaladas na hierarquia profissional. “Sucesso” nesse sentido específico pretende esgotar o próprio sentido de “Felicidade”, como nos mostram os livros de “auto-ajuda” (que sempre ocuparão boa parcela das listas de mais vendidos). E para alcançar esse sucesso-felicidade-econômico-material “vale tudo”, inclusive passar por cima de quem quer que seja.

Talvez o grande sucesso contemporâneo das Igrejas Evangélicas se deva justamente a esse arranjo, essa aliança bem selada que ela logrou construir entre as duas divindades – algo muito bem mapeado na obra de Weber *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Paga-se o Deus cristão com obras e dízimos em troca de prosperidade e salvação. Deve-se observar os mandamentos fundamentais da moral cristã, mas no grande “mercado do mundo”, sucesso é sinal de bênção divina e atrair a boa consideração de Deus é um dos pilares deste “sucesso”.

A moral estabelecida pela sociedade estará sempre envolvida em um manto de *hipocrisia*, já que é da natureza da lei que aquele que a estabelece e a impõe, isto é, a força daquele que como se diz em inglês “enforces” (faz-valer-impondo-pela-força) a lei, deve estar sempre “acima” da lei^[14]. Assim, a mesma sociedade que nos ensina desde cedo que “matar” é um pecado capital e um crime, concederá medalhas a seus soldados que tenham matado mais inimigos nas guerras. A mesma sociedade, através de suas forças policiais, praticará cotidianamente o assassinato nas comunidades mais pobres. A mesma sociedade, através de sua negligência, pela ausência de sistemas de saneamento básico e pela precarização dos sistemas de saúde, praticará cotidianamente o assassinato - “deixando morrer” uma boa parcela daqueles que não podem pagar por sistemas de saúde privados.

Como o aparelho psíquico não tem qualquer marcação moral de saída, toda marcação moral, no sentido de *só se pode fazer X e não se pode fazer Y*, com sua pretensão de verdade absoluta, é imposta por *repressão*. É apenas lógico que este *não pode* recaia sobre aquelas atividades que já são muito frequentemente desejadas e fantasiadas pelo aparelho psíquico. É

muito improvável que se encontre leis morais proibindo o excesso de altruísmo ou o excesso de castidade. Sendo puro desejo de poder-prazer e de gozar-poder sem qualquer marcação moral inata, o aparelho psíquico tenderá justamente a fantasiar e buscar situações de prazer e poder *para si*. Nessa busca, não há um compromisso *de saída* com o bem-estar “dos outros”. Mas não é preciso que se sinta mal por isso. Pois também não há nem sequer um compromisso de saída com o *nosso* próprio bem-estar.

Nossos desejos e fantasias de poder-prazer não têm um compromisso de saída com a conservação e o bem-estar deste próprio corpo que carregam consigo. Os rudimentos da chamada “auto-conservação” devem ser aprendidos a duras penas, através de muito treinamento, tentativas e erros e ensinamentos sociais por palavras e exemplos. Um bebê, deixado à própria sorte, estará fadado a perecer. Seus desejos e fantasias não demonstram qualquer compromisso com o “auto-cuidado”. E mesmo na vida adulta, cada um de nós se encontrará com alguma frequência arriscando ou prejudicando a própria auto-conservação em nome dos mais fúteis prazeres e poderes – no abuso de álcool e cigarros, na jornada de trabalho insana do *workaholic*, nas penitências auto-impostas pela religião, na dieta ultrarrestritiva da “musa fitness”, nas “aventuras” intermináveis do ninfomaníaco, na adrenalina de um carro de fórmula 1 ou de um salto de paraquedas, ou no simples atravessar de um sinal aberto, em meio aos carros, sem que nem ao menos se tenha hora marcada para chegar em lugar algum.

Assim, toda restrição moral deve recair sobre os mais frequentes e mais explícitos desejos e fantasias de poder e de prazer. A existência de uma lei restritiva, no direito, indica justamente uma ação praticada com alguma frequência. Não fosse assim, não haveria necessidade do estabelecimento da lei. Quando os dez mandamentos dizem “honrar pai e mãe”, “não matar”, “guardar castidade nas palavras e nas obras – e nos pensamentos e nos desejos”, “não furtar” e “não cobiçar as coisas alheias”, é isso um forte indicativo de que – como se pode esperar em relação a um aparelho psíquico cujo motor fundamental são os desejos de poder e de prazer – cada uma dessas ações fossem – como são – frequentemente praticadas. Quando a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelecem que todo acusado deve ser considerado inocente até que se prove o contrário, está justamente se impondo contra uma antiga prática dos

tribunais da Santa Inquisição que, junto com o Estado, em processos civis-religiosos contra criminosos-pecadores, considerava o acusado primeiramente culpado e, sob tortura, arrancava dele a confissão.

9. Terrivelmente cristão

O bolsonarismo é “terrivelmente cristão”. A moral cristã constitui um capítulo especial na história da moral. Trata-se de uma moral muito curiosa, que se lança no mundo como uma aposta arriscadíssima, mas cujo sucesso confirma os traços de verdadeira genialidade que traz consigo. Embora supostamente fundamentadas na autoridade suprema da divindade vigente, muitas outras morais socialmente estabelecidas marcavam como crimes os possíveis atentados à ordem social, à comunidade, à cidade, aos sustentáculos da sociabilidade vigente. Algumas das mais famosas, como o código de Hammurabi, estabeleciam equivalências entre crimes e punições, deixando claro que o crime pode acontecer, mas haverá uma punição correspondente à qual se deve temer.

A moral cristã estabelece como lei absoluta uma série de *proibições* estritas inscritas pelo próprio Deus na ordem universal. *Não se pode* fazer tais coisas, é o que nos ensina o próprio Deus. Essas proibições incidem sobre os desejos e fantasias mais fundamentais e mais explícitos do aparelho psíquico humano: os desejos e fantasias de prazer e de poder. Assim, o prazer sexual é condenado em nome do ideal de castidade. As relações *permitidas* são restritas ao casamento monogâmico heterossexual e preferencialmente voltados para a reprodução. A agressividade e a violência são absolutamente condenáveis, a menos que se manifestem na forma de *penitência* – seja na auto-penitência capaz de expiar nossos pecados, seja na punição purificadora do “outro”, do “inimigo” ou “desertor” da fé cristã. Os prazeres e poderes do corpo são negados e demonizados em nome da “salvação da alma”. Os prazeres do “mundo” são negados e demonizados em nome do prazer absoluto a ser desfrutado no “mundo-além”. E o golpe de gênio se acrescenta pelo seguinte: não apenas as *práticas* proibidas são condenáveis. É proibido e pecaminoso *pensar e desejar*, ou seja, é proibido *fantasiar* situações de prazer e poder mundanos. Vejam que golpe ao

mesmo tempo arriscadíssimo e genial: fazer recair uma tal proibição a um aparelho psíquico que é uma verdadeira máquina de fantasiar prazeres e poderes mundanos!

A *repressão*, como nos ensina Freud, tem algumas peculiaridades. Ela não *anula*, nem mantém em perfeita quietude as pulsões e fantasias reprimidas. As pulsões – trazendo consigo as fantasias às quais se ligam – operam como *força constante*. Logo, a repressão não faz com que a pulsão sossegue, nem muito menos que desapareça. O efeito é parecido com o dique de uma represa construída para refrear a força constante da correnteza. Se não houver uma manutenção constante e uma estratégia de escoamento da água excedente, a represa estará fadada ao fracasso. A força da água estourará a represa, pondo todo o empreendimento a perder.

Assim também, a força constante das pulsões e fantasias reprimidas encontram *caminhos alternativos* de expressão e satisfação. O primeiro deles é *retornar e voltar-se contra o próprio aparelho psíquico*. Se nos ensinam por meio de repressão que *devemos* ser pacíficos a todo custo e que não podemos ser agressivos em hipótese alguma pois esse é um mandamento inscrito pelo próprio Deus na ordem do mundo, esse ensinamento tende a se tornar uma repressão – no sentido freudiano. É diferente de nos ensinarem que é importante, na grande política do mundo, considerar outras pessoas e outras circunstâncias pois se forçarmos demais a barra, elas podem reagir, de maneira que os custos dos efeitos em desprazer podem exceder os benefícios advindos da concretização das fantasias que nos pareçam prazerosas. (Não será um cálculo simples, pois é sempre atravessado pela *fantasia*, nem livre de muitos percalços e equívocos, mas tende a não precisar funcionar *como repressão*)

Como dizia, a proibição imposta às pulsões como repressão, produz, em primeiro lugar um *desconhecimento de si*. Banidas para níveis mais profundos do inconsciente, essas pulsões e fantasias de poder e prazer passam a não ser mais percebidas, passamos a não mais compreendê-las como parte – por vezes fundamental – de nós mesmos e, com isso, perdemos a capacidade de *negociação* com elas. Em segundo lugar, a repressão, em choque com a força constante das pulsões, fará com que elas encontrem caminhos alternativos de expressão e satisfação, produzindo *sintomas* que, com frequência nos fazem sofrer sem que nem mesmo saibamos de onde vieram ou porque funcionam da maneira que funcionam.

Como também já vimos, um dos caminhos alternativos de expressão e satisfação das pulsões agressivas – reprimidas e banidas pela moral cristã – é dar meia-volta, isto é, voltar-se contra o próprio aparelho psíquico, instaurando aquela instância que Freud chamará de *Superego* e que com intermináveis *cobranças e recriminações* passará a *torturar* nosso próprio aparelho mental. A agressividade que não se externou direta e explicitamente, sufocada pela repressão, re-volta-se contra nós mesmos e desenvolve poderosos mecanismos de auto-tortura.

Assim funciona a “voz da consciência” com suas insistentes cobranças e recriminações que frequentemente não têm nenhum fundamento na realidade. A *culpa* é também o fruto maduro dessa “re-volta” pulsional. Freud faz a curiosa observação, em sua prática clínica, de que as pessoas geralmente mais torturadas pelo fantasma da *culpa* não são justamente aquelas que mais ações pecaminosas ou criminosas cometeram, como se poderia esperar. Não. São justamente aquelas pessoas mais dóceis no trato social, as mais tímidas e mais “abnegadas” que parecem se sentir mais “culpadas”. A lógica do “retorno” pulsional desfaz o aparente paradoxo. São justamente os desejos violentos de poder-prazer reprimidos que agora, voltando-se contra elas próprias, as torturam com o sentimento de *culpa*.

Outro caminho alternativo que as pulsões e fantasias reprimidas encontram para se satisfazer é a *perseguição violenta e sistemática do “outro”* através do mecanismo que MD Magno chama de *Denegação Projetiva*^[15]. Porque nossa moral é absolutamente válida e verdadeira, aqueles que não a professam ou que dela desertam, devem ser convertidos (ou reconvertidos). Aqueles que questionam nossos dogmas fundamentais com palavras, ações ou formas de vida devem ser silenciados, censurados, presos, torturados, e Livross ou exterminados da face da Terra. Mas tudo isso não se deve de maneira nenhuma a alguma “agressividade” ou “violência” de nossa parte, os verdadeiros seguidores da moral. Não. Nós perseguimos, impomos nossa lei, censuramos, silenciamos, prendemos, torturamos, exilamos e matamos esses subversivos inimigos da fé *em nome da verdade, do bem e da justiça*. E o fazemos – não haverá maior crueldade na história das morais – *por amor a eles*.

Em termos de economia psíquica, “o outro”, o que não vive de acordo com os mandamentos da moral cristã, me mostra que *é possível* viver e

gozar aquilo que me ensinaram, por meio de poderosas repressões, que era *absolutamente proibido*. Os mais inteligentes, diante dessa situação, questionarão as repressões sofridas, e dirigirão sua raiva à instituição que as impôs (por isso é comum ver tantos ex-religiosos que têm raiva da religião). Mas a maior parte da massa reprimida, lançará mão de um estranho artifício: ficará com raiva “do outro”, aquele que com sua mera forma de existir e viver mostra que a proibição não era absoluta.

Questionar a proibição produz liberdade. Mas liberdade, como bem dizem os existencialistas, traz consigo também uma boa dose de angústia. A marcação moral rígida, estabelecendo fronteiras claras e bem definidas para o certo e o errado, o bem e o mal, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o permitido e o proibido, nos presenteia com a ilusão de que o mundo é simples, bem conhecido, bem ordenado. É reconfortante saber que “cada coisa tem seu lugar”, que a vida tem um manual de instruções e que castigos e recompensas são distribuídos proporcionalmente aos erros e acertos. Tudo isso é muito diferente da verdade. Vivemos em um mundo caótico, extremamente complexo, do qual só podemos conhecer pequenas – e muito incompletas – parcelas de circunstâncias, frequentemente expostos a frustrações que nos fazem sofrer e revelam impiedosamente nossos equívocos e ilusões e, acima de tudo, um mundo cujo desenrolar frenético dos acontecimentos está *totalmente fora do nosso controle*.

Assim, para não ter de lidar com o *desamparo* e com a abertura angustiantemente radical da mente – o que nos angustia mais? Lidar com o choque entre desejos reprimidos e proibições? Ou *saber* que *tudo é permitido* mas que, ao mesmo tempo, tudo tem um preço e nada traz a felicidade absoluta? Enfim, para não ter de lidar com esse tipo de questão incômoda, a massa reprimida tende a direcionar sua raiva para o “outro”, aquele que, existindo e vivendo de maneira diferente, revela, por um lado, que a proibição não valia tão absolutamente quanto se pretendia e, por outro lado, que aquelas fantasias de vida que são realizadas “lá”, se tanto me incomodam, é porque provavelmente foram reprimidas “aqui” e continuam pressionando o aparelho em busca de expressão e satisfação.

Assim, aquela mesma violência que a moral proíbe pode se descarregar tranquilamente em relação aos “subversivos”, os “inimigos” ou “desertores” da verdadeira moral. Por isso os moralismos – por mais que tenham a não-violência como valor – tendem a ser tão extremamente violentos. Por isso o

moralismo bolsonarista persegue tão violentamente todos aqueles que, com sua mera existência, sua forma de vida ou suas palavras, ameaçam revelar a falsidade das proibições/repressões e ameaçam, por isso mesmo, provocar o choque de cada um com a realidade de um mundo (interno e externo) muito mais aberto, caótico e complexo do que poderiam suportar. Um mundo em que, por princípio, tudo é permitido, mas nem tudo é efetivamente gozável, pois cada satisfação tem um “preço”, cada porta aberta deixa muitas outras irremediavelmente fechadas no corredor anterior e nenhum dos caminhos existenciais e das estratégias de investimento pulsional, por mais engenhosas que sejam, nos trarão a felicidade e a satisfação absolutas, pois essas são mesmo *impossíveis*. É isso, talvez, o que evitamos a todo custo encarar.

10. O Gado – neo-etologia

A Etologia é uma área especial da biologia evolutiva que investiga os padrões, as origens e as finalidades do comportamento animal. Atribui-se sua criação ao zoólogo austriaco Konrad Lorenz que, por suas pesquisas com gansos cinzentos, mereceu um prêmio Nobel de medicina em 1973. A etologia procura descrever a ampla gama de “programações” biológicas que atuam sobre uma determinada espécie animal, bem como seu modo de funcionamento efetivo em grupos e indivíduos da espécie diante de circunstâncias ambientais específicas.

Lorenz passou longos anos estudando o comportamento dos gansos e fez algumas interessantes descobertas. A mais famosa, talvez, é o mecanismo do “*imprinting*”. A programação biológica dos gansos (e de muitas outras espécies, como depois se verificará) faz com que criem uma forte “identificação” com o primeiro “ser” que encontram pela frente. Algo “se imprime” neles nesse momento inicial. O mais frequente é que esse ser seja sua própria “mãe biológica”. Ele passará a segui-la e imitar instintivamente seu comportamento. Mas, se ele se depara com um outro “ser”, ainda que de outra espécie, criará uma intensa “fixação” nesse outro ser e passará a segui-lo incansavelmente. Assim o próprio Lorenz se fez “mãe” de muitos gansos. E em um de seus experimentos, fez um galo recém-nascido criar uma fixação com a mãe-ganso, passando ele próprio a se comportar durante todo o restante da vida como um ganso.

A etologia demonstra padrões do comportamento animal relativos à alimentação, identificação grupal, sexualidade, regimes de cuidado, competição, estruturação social e agressividade. Sob a pressão evolutiva dos “genes egoístas”, para usar uma expressão de Richard Dawkins, que não têm outro objetivo se não se replicar indefinidamente, os machos desenvolvem rituais de cortejo e as fêmeas de sedução. É muito comum que os indivíduos de uma espécie desenvolvam relações tribais, formando

bandos com estruturas hierárquicas com um macho alfa dominante, que faz valer seus privilégios sexuais e na divisão do trabalho e toda uma série hierárquica abaixo dele. A agressividade, nos diz Lorenz, é também uma característica básica da “programação biológica” dos animais. Eles se agridem mutuamente em disputas por comida, por território, por parceiros sexuais e por contestação dos níveis hierárquicos estabelecidos. Essa agressão pode ser entre “bandos” diferentes ou ocorrer dentro de um mesmo “grupo”. A maioria desses comportamentos parecem atender a finalidades específicas também biologicamente programadas, tais como nutrição e reprodução.

O humano é um dos animais mais esquisitos do mundo. São animais que, entre outras peculiaridades, fazem de tudo para negar e esconder sua condição animal. Eles desenvolvem toda uma “etiqueta” alimentar, uma série de rituais de preparo e consumo da comida envolvendo utensílios coloridos e brilhantes. Seus “resíduos” e “secreções” biológicos são cuidadosamente escondidos, primeiro em um cômodo específico que, na casa, representa o máximo de “privacidade”: o banheiro, a portas sempre fechadas. Depois, esses resíduos e secreções são conduzidos por vias subterrâneas cuidadosamente construídas e atirados no fundo do mar. Infinitas linhas de cosméticos mascaram seus odores animais e seus mortos passam por cuidadosos rituais que terminam novamente por esconder a própria morte no subsolo. Por mais que se possa argumentar que todos esses rituais estão a serviço da “higiene”, deve-se atentar para o fato de que as noções mais básicas de higiene começam a surgir apenas no século XIX, enquanto esses rituais remontam a tempos muito longínquos do desenvolvimento humano.

“Animais que logo somos”, estamos também sob pressões “etológicas”. Temos uma programação biológica que exige nutrição, respiração, sono e que impulsiona comportamentos de cortejo, exibição, competição, hierarquização e agressividade. No âmbito dessas programações que o psicanalista MD Magno chamaria de “primárias” temos ainda também a programação genética, cujos estudos e compreensão se desenvolveram profundamente ao longo do século XX e o “autossoma”, isto é, as possibilidades e limitações impostas pela própria forma anatômica mais frequentemente assumida pelos indivíduos da espécie: 2 olhos, duas

narinas, duas orelhas, dois braços, mãos com polegares opositores, pernas, pés, um “set” específico de órgãos e suas funcionalidades etc.

As programações primárias estabelecem um certo rol de possibilidades – correr, pular, enxergar a uma certa distância, ouvir um certo espectro de ondas sonoras etc. Bem como uma vasta gama de limitações: não podemos voar, viver por mais que uns poucos segundos embaixo d’água, sobreviver a quedas de poucos metros, enxergar além do infra-vermelho e do ultravioleta.

O que há de curioso com a nossa espécie, o que a torna verdadeiramente “interessante”, como dizia Nietzsche – e por “interessante” pode-se pensar louca, estúpida, esquisita, mas também criativa, inventiva, produtora de incríveis artes, técnicas e tecnologias... enfim, o que torna nossa espécie verdadeiramente “interessante” é que em algum momento emergiu em sua programação biológica um movimento *fantasista* impulsionado pela pulsão de onipotência.

Esse movimento de proliferação de fantasia, impulsionado por aquilo que eu chamo de “pulsão de onipotência”, faz com que as programações biológicas sejam vividas não apenas como possibilidades específicas utilizáveis para fins específicos, mas como *limitações* da exigência pulsional de onipotência. A pulsão exige muito mais do que uma finalidade específica biologicamente programada – tal como nutrição, sobrevivência ou reprodução. A Pulsão exige o impossível: a onipotência absolutamente impossível. Ela impõe para a espécie uma finalidade para além de qualquer finalidade, uma finalidade alucinatória, que só comparece por meio da fantasia – fantasia, portanto, intrínseca ao movimento pulsional: a fantasia primordial de onipotência.

O movimento pulsional aliado à fantasia “empurra” esta espécie para além da programação primária – biológica. Não que abandonemos inteiramente a programação primária: ainda precisamos comer, beber água, dormir... mas já não nos contentamos em comer qualquer coisa, desenvolvemos uma sofisticada culinária e um “gosto” muito singular. Já podemos forçar a vigília noite adentro, adiando o sono para o dia seguinte. Já podemos ignorar a água até que os rins comecem a falhar e os médicos nos repreendam. E nosso comportamento sexual já nada tem a ver com reprodução, mas com fantasias sexuais tão ou mais singulares que o paladar.

A pulsão e a fantasia impulsionam a produtividade “científica”, artística e tecnológica da espécie, transfigurando constantemente a si mesma e o mundo à sua volta. Toda essa produção “artificial” dá origem àquilo que MD Magno chama de “secundário”: símbolos, significações, valores, instituições, aparatos tecnológicos, obras de arte, ideias, formas de viver e pensar... tudo aquilo que se pode chamar de “cultura”.

O problema é que, diante da exigência pulsional, sempre necessariamente hiperbólica – o desejo, afinal, é de impossível! - as “programações culturais” da espécie, que desde que chegamos ao mundo vão “se imprimindo” em nós de certa maneira, constituem possibilidades interessantes – inclusive de flexibilização das programações primárias – mas também constituem, mais uma vez, *limitações*.

Programações culturais tais como ideias, concepções sobre a realidade, teorias explicativas dos fenômenos do mundo, valores (isto é, avaliações que nos são passadas desde cedo sobre o que “vale mais” na ordem do mundo e da vida humana) são construções culturais que só existem como ficção compartilhada por um determinado grupamento humano. Deuses, leis, valores morais, símbolos, significações e metáforas não vieram embutidos na ordem “espontânea” do mundo tal como montanhas, árvores, rios e mares. Foram construídos e transmitidos de geração em geração. Em torno deles se construíram mundos muito concretos: casas, templos, armas, exércitos, muros, prisões, assembleias, prédios corporativos, instituições financeiras etc. Mas no nível mais fundamental, construtos secundários são ainda apenas construtos, ficções, com um poder de imposição a princípio menor do que as programações primárias.

Se deixamos de comer, não é preciso que nenhuma outra força intervenha para que o corpo pereça. Se deixamos de dormir, o mesmo. Se deixamos de respirar *idem*. Porém, se deixamos de acreditar no deus vigente em nosso bando, no nosso tempo e no nosso lugar, nada além de um aumento de liberdade – e/ou angústia – ocorrerá conosco espontaneamente. Porém, os poderes sociais que se construíram em torno dessa ficção divina poderão nos impor sanções e perseguições mais ou menos rigorosas dependendo do momento histórico. O curioso é que mesmo para além dessas forças sociais efetivamente existentes que sempre podem se voltar contra nós de maneira policialesca, no mais das vezes seguimos

reproduzindo uma construção ficcional secundária mesmo que nenhuma punição mais grave se nos apresente no horizonte.

Cada vez que comparece *crença* numa construção ficcional secundária, ela assume o peso de uma necessidade, se torna uma *programação cultural*, uma programação secundária que começa a valer para nós *como se fosse* uma programação biológica primária. Está constituído assim o reino daquilo que MD Magno chama de *neo-etologia*. Os símbolos, metáforas e ideias que talvez até nos tenham garantido uma certa maleabilidade frente às programações biológicas se tornam eles mesmos rígidas programações secundárias e nos tornamos novamente “animais”. Animais secundários organizados em “espécies” diferentes segundo sua própria “tribo” cultural.

O bolsonarismo assume feições rigidamente neo-etológicas. Não à toa parece cair tão bem aos bolsonaristas a metáfora do “gado”. A crença numa rígida ordem moral do mundo, a crença numa certa configuração de família como “natural” e “correta”, a crença em papéis sociais bem definidos para homens e mulheres como “naturais” e “verdadeiros”, a crença em hierarquias socialmente construídas como igualmente “naturais” e “verdadeiras”, a crença em conspirações nacionais e internacional envolvendo planos e ações do amplo espectro daquilo que chamam de “esquerda” para solapar essa ordem social “natural” e “verdadeira”, bem como a adoração a um “líder supremo” envolvido por uma aura de divindade e infalibilidade constituem alguns dos pilares da neo-etologia bolsonarista.

No entanto, para além da mera acusação, um exemplo tão extremo de neo-etologia poderia antes nos chamar a atenção para a necessidade constante de um auto-exame e de um auto-cuidado. Afinal, sempre que comparece “crença” em uma construção secundária – uma noção qualquer sobre como a vida e o mundo “devem” ser – recaímos na neo-etologia e nos tornamos espécies “secundárias” de alguma “tribo”. Seria possível substituir regimes de crenças por uma postura de exercício da suspeita, da eficácia, da aposta e do investimento? É o desafio que nos propõe MD Magno.

11. Uma espécie violenta e tribal

O bolsonarismo frequentemente nos choca por sua “desumanidade”. A desumanização sistemática de todo outro que não se enquadra em seus estritos padrões morais: os índios; os movimentos sociais tais como o movimento negro, o movimento feminista, o movimento LGBTQ+; o amplo espectro dos “esquerdistas” que incluem professores, usuários de drogas para fins recreativos ou quaisquer adversários políticos etc.

Com isso, fazemos um julgamento mais elevado da “humanidade” do que ela jamais mereceu. A noção de “humanidade” como um grande grupo unido por laços primordiais de fraternidade entre indivíduos prontos a cooperar uns com os outros não encontra justificção na realidade histórica. É antes um ideal forjado pelo cristianismo, nas noções de “igualdade” e “fraternidade” entre a “comunidade” dos “filhos” de Deus e secularizado pelo liberalismo e pelas revoluções liberais do século XVIII.

A espécie humana, como os demais primatas, parece ter antes fortes tendências a uma identificação “tribal” que não poupa qualquer “outro”, seja ele considerado “inimigo” ou simplesmente “diferente”, das mais agressivas e violentas investidas, não raramente acompanhadas do que chamamos frequentemente de “requisitos de crueldade”.

Difícilmente se poderá abrir uma página dos livros de História que não seja manchada com sangue. Seja o sangue derramado pelas tiranias ou pelas revoluções, pelas religiões em sua ânsia de conversão, controle e supremacia, pelas escravizações ou libertações, pelas intermináveis guerras internas e externas, pela polícia ou negligência do Estado, pelas mais nobres ou vis bandeiras... todas as páginas dos livros de História parecem irremediavelmente manchadas de sangue.

Se considerarmos a estrutura fundamental do aparelho psíquico como desejo de poder-prazer ou de gozar-poder, ou, numa palavra, como pulsão de onipotência, teremos de admitir que o “altruísmo” só pode ter lugar a

partir de uma *identificação* que faz com que o aparelho psíquico perceba uma vantagem qualquer em poder ou prazer no bem-estar do outro. Seja no heroísmo que garante glória e fama ao herói, seja na caridade piedosa do devoto, que lhe garante a salvação da alma e a mais alta consideração social entre seus pares, seja nas relações entre amigos, familiares e amantes, com suas múltiplas e mútuas redes de projeções, afetações corporais e emocionais positivas e negativas, chantagens, manipulações de parte a parte, promessas, compromissos etc.

Fora de um regime de identificação que faz o “bem do outro” ser percebido como uma vantagem em poder-prazer ou em gozar-poder, não se deve esperar muito “altruísmo” da espécie. Como nos lembra o próprio Freud, algo que a humanidade “gosta de negar”:

“é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo. *Homo homini lupus* [O homem é o lobo do homem]; quem, depois de tudo o que aprendeu com a vida e a história, tem coragem de discutir essa frase? Via de regra, essa cruel agressividade aguarda uma provocação, ou se coloca a serviço de um propósito diferente, que poderia ser atingido por meios mais suaves. Em circunstâncias favoráveis, quando as forças psíquicas que normalmente a inibem estão ausentes, ela se expressa também de modo espontâneo, e revela o ser humano como uma besta selvagem que não poupa os de sua própria espécie. Quem chamar à lembrança os horrores da migração dos povos, das invasões dos hunos, dos mongóis de Gêngis Khan e Tamerlão, da conquista de Jerusalém pelos piedosos cruzados, e ainda as atrocidades da recente Guerra Mundial, terá de se curvar humildemente à verdade dessa concepção”^[16].

Assim, nossa surpresa com a violência do discurso bolsonarista é injustificável. Poderíamos antes nos surpreender com sua ainda moderada

disposição para transformar ofensas em agressões físicas. Como nos lembra Norbert Elias:

“Quando se empenham em examinar o problema da violência física na vida social de seres humanos, as pessoas fazem freqüentemente o tipo de perguntas errado. É costume perguntar-se como é possível que pessoas vivendo numa sociedade podem agredir fisicamente ou matar outras — como podem, por exemplo, tornar-se terroristas? Ajustar-se-ia melhor aos fatos e seria, assim, mais proveitoso, se a pergunta fosse formulada de modo diferente. Deveria, antes, ser redigida em termos como estes: Como é possível que tantas pessoas consigam viver normalmente juntas em paz, sem medo de ser atacadas ou mortas por pessoas mais fortes do que elas, como é hoje em dia o caso, em grande parte, nas grandes sociedades-Estados da Europa, América, China ou Rússia? É por demais fácil esquecer hoje o fato de que jamais, em todo o desenvolvimento da humanidade, tantos milhões de Pessoas viveram, como hoje, relativamente em paz umas com as outras, com as agressões físicas geralmente eliminadas, como se observa nos grandes Estados e cidades do nosso tempo. Talvez este fato se evidencie primeiro quando nos apercebemos de quão mais elevado era o nível de violência nas relações entre Pessoas em épocas pregressas do desenvolvimento humano”^[17].

Como dissemos no último subcapítulo, tendemos a negligenciar os achados da biologia evolutiva que, ameaçando nossos privilégios imaginários, nos aproximam perigosamente dos animais. Porém, algumas indicações deste riquíssimo campo podem ser de grande valia para compreendermos problemas contemporâneos que, com as lentes teóricas das – muito recentes em termos evolutivos – Ciências Humanas, não conseguimos compreender. O gênero “homo” está no planeta há mais ou menos 2 milhões de anos. Apenas entre os últimos 100 a 70 mil anos nos tornamos “animais interessantes”, para usar uma expressão de Nietzsche. Entre 100 a 70 mil anos atrás, alguma mutação ou salto qualitativo na complexificação das nossas redes neuronais gerou a emergência de uma incrível “faculdade” mental que deu origem à nossa espécie: a *fantasia*. A capacidade – sabida ou não, conscientemente utilizada ou não – de imaginar e falar sobre coisas que não existem como “dados espontâneos” do mundo.

E mais: a ainda mais estranha capacidade – se não mesmo uma certa tendência – a tomar estes construtos da imaginação como realidades verdadeiramente existentes e estruturar amplas parcelas da vida pessoal e social em torno deles.

Assim surgiram deuses, espíritos ancestrais, narrativas sobre a história da comunidade e também a proliferação de produções artísticas e tecnológicas. É assim que se inaugura para nossa espécie – essa que mais tarde chamaríamos, algo narcisicamente, de *sapiens (sabida)* – a possibilidade de ultrapassar os limites do convívio tribal (que não passava de uns 150 membros) e formar comunidades com dezenas ou centenas de milhares de indivíduos. Numa comunidade com 150 membros, como nos lembra Yuval Harari, cada um sabe muito bem as razões para confiar ou não confiar, cooperar ou não cooperar com o outro. Em comunidades de 150 mil habitantes, não se chega a conhecer verdadeiramente 1% dos seus “conterrâneos”. E essas narrativas imaginárias sobre espíritos ancestrais, deuses e histórias comunais servem de “cimento” daquela sociedade. Ainda hoje vivemos na comunidade imaginária dos “brasileiros”, dos “latino-americanos”, dos “trabalhadores” e “consumidores” do sistema capitalista, dos adeptos de tal mitologia religiosa, dos partidários de um determinado conjunto de ideias políticas etc.

No entanto, não se pode desconsiderar que durante 99% da nossa estadia no planeta fomos seres exclusivamente *tribais*:

“Há limites claros ao tamanho dos grupos que podem ser formados e mantidos de tal forma. Para funcionar, todos os membros de um grupo devem conhecer uns aos outros intimamente. Dois chimpanzés que nunca se encontraram, nunca lutaram e nunca se alisaram mutuamente não saberão se podem confiar um no outro, se valerá a pena ajudar um ao outro nem qual deles é superior na hierarquia. Em condições normais, um típico bando de chimpanzés consiste de 20 a 50 indivíduos. À medida que o número em um bando de chimpanzés aumenta, a ordem social se desestabiliza, levando enfim à ruptura e à formação de um novo bando por alguns dos animais. Apenas em alguns casos os zoólogos observaram grupos maiores que cem. Grupos separados raramente cooperam e tendem a competir por território e por alimentos. Os pesquisadores documentaram guerras prolongadas entre grupos, e até mesmo um caso de atividade “genocida” em que um bando

assassinou sistematicamente a maioria dos membros de um bando vizinho.² Padrões similares provavelmente dominaram a vida social dos primeiros humanos, incluindo o *Homo sapiens* arcaico.

Os humanos, como os chimpanzés, têm instintos sociais que possibilitaram aos nossos ancestrais construir amizades e hierarquias e caçar ou lutar juntos. No entanto, como os instintos sociais dos chimpanzés, os dos humanos só eram adaptados para pequenos grupos íntimos. Quando o grupo ficava grande demais, sua ordem social se desestabilizava, e o bando se dividia. Mesmo se um vale particularmente fértil pudesse alimentar 500 *sapiens* arcaicos, não havia jeito de tantos estranhos conseguirem viver juntos. Como poderiam concordar sobre quem deveria ser o líder, quem deveria caçar onde, ou quem deveria acasalar com quem?”^[18]

Assim, mesmo vivendo em grandes grupos de comunidades imaginárias, mantém-se ainda para nós uma certa tendência à identificação *tribal*. A tribo dos adeptos de uma certa religião e, dentro dela, os ainda mais sólidos laços entre a tribo dos frequentadores de uma determinada igreja e, dentro dela, os ainda mais sólidos laços dos organizadores de um determinado grupo de atividades dentro dessa mesma igreja. A tribo dos defensores de um determinado ideal político e, numa escala progressiva de intensificação dos laços, a tribo dos membros do partido e a tribo dos organizadores e seguidores de um determinado grupo de atuação específica. A tribo dos estudiosos de Filosofia, a tribo dos estudiosos de um único filósofo, a tribo dos organizadores de um determinado grupo de estudos. Há a tribo dos psicanalistas, a tribo dos psicanalistas que compartilham um mesmo referencial teórico fundamental, a tribo de psicanalistas de uma determinada instituição. A tribo dos flamenguistas, vascaínos, palmeirenses e botafoguenses. No mundo capitalista cria-se ainda tribos de consumidores com gostos e padrões de consumo similares ou idênticos. Há a tribo dos consumidores de determinadas obras de arte – séries, filmes, animes, estilos musicais; a tribo dos consumidores de roupas de marca, maquiagem, estilos de vida etc.

Em cada uma dessas vivências tribais há uma forte tendência à constituição de uma neo-etologia: a crença na “naturalidade”, “veracidade” e “correção” de uma forma de vida e avaliação específica que faz com que passemos a viver quase inteiramente “programados” por seus algoritmos,

nos tornando meros reprodutores de programações pré-estabelecidas. Todas as religiões, por partirem de dogmas, explicações e avaliações da vida e do mundo que têm necessariamente que ser tomados como verdadeiros, absolutos e inquestionáveis, constituem uma fortíssima tendência à constituição de neo-etologias. Até imaginar que algo poderia ser diferente pode ser considerado um “pecado” e um “desvio”.

O problema é que para além daquilo que muito facilmente identificamos como religiões, podemos entender a religião como um modo de funcionamento existencial que exige crença em certas teorias, significações e valores como absolutamente verdadeiros e inquestionáveis. Assim, por mais que não tenhamos o hábito de frequentar uma qualquer das religiões instituídas no nosso tempo e no nosso lugar, podemos muito bem estar funcionando de modo religioso em algum âmbito de nossas vidas, tomando narrativas, significações e valores como verdades absolutas de um modo tal que eles passam a monopolizar nossas possibilidades de ação, reação e pensamento.

É bem comum que em torno dessas crenças constituam-se grupos tribais. Esses mesmos grupos reproduzirão a agressividade etológica na forma de violência neo-etológica, tanto internamente quanto externamente, sempre no interesse de manter a intocabilidade e a suposta “pureza” de suas crenças fundadoras.

Com isso queremos apenas chamar a atenção para o seguinte: os achados da biologia evolutiva, da história e da antropologia sobre nós, nos mostram uma espécie fortemente *tribal* e *violenta*. Como nos lembra Freud, no *Mal-estar na Civilização*, “Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade”^[19]. Os ideais de um “amor humano universal” parecem, de alguma maneira denegar o fato de que seus defensores podem até nutrir um amor desmedido para com aqueles de sua própria tribo – a tribo dos cristãos, a tribo dos conscientes partidários da esquerda –, porém, as outras “tribos” que são tomadas como rivais, subversivas ou simplesmente injustas e maldosas, são merecedoras de todo o seu ódio e contra elas todo tipo de violência parece justificado.

Portanto, não será espantoso se nos próximos anos houver uma escalada da violência bolsonarista. Nada indica, por exemplo, até aqui, que as

eleições de 2022 transcorrerão normalmente e que a *famiglia* que atualmente exerce o poder estará disposta a aceitar qualquer derrota institucional. A menos que algum poder maior se interponha – e não estou falando dos deuses...

12. Quando acaba a saliva...

Tendemos a acreditar demasiadamente na ideia de que o tempo das guerras de bombas, balas e tanques acabou com a 2ª Guerra Mundial. Que a partir de então as guerras militares são “frias” e que a verdadeira guerra se desenrola a pleno vapor no campo das relações comerciais e na diplomacia política que nela atua em busca de ampliar vantagens e diminuir desvantagens econômicas. Isso não é inteiramente falso, mas também não é inteiramente verdadeiro. As duas maiores potências econômicas do mundo, EUA e China, são também donas dos exércitos mais poderosos do mundo. E não creio que se trate de um mero acaso.

De alguma maneira, sabemos que o poderio militar ainda desempenha um papel significativo nas relações políticas, tanto é que rimos às gargalhadas de Bolsonaro quando, após a posse de Biden, diante dos comentários negativos do chefe estadunidense, nosso “mito” afirmou que “quando acaba a saliva tem que ter pólvora”. Mas, a mesma razão que nos fez ridicularizar Bolsonaro – a certeza de que o poderio militar brasileiro não se compara ao estadunidense – deveria também nos preocupar seriamente. Afinal, em termos de política interna, Bolsonaro conta com o apoio das polícias – militar e federal (tendo chegado a intervir diretamente na PF do Rio de Janeiro para livrar seu filho, colocando toda a linha sucessória do Estado “na mira”), além do fiel apoio do exército e das milícias.

Sua frase, portanto, se soa ridícula quando dirigida a Biden, soa ameaçadora no campo da política interna, indicando que a *famiglia* conta hoje com “pólvora” suficiente para se manter no poder apesar de qualquer resultado negativo na “salivação” eleitoral – ou de qualquer ataque salivacional nas redes sociais e em protestos que começam “pacíficos” mas que são agitados no final por alguns “vândalos infiltrados”, como gostam de noticiar os jornais.

Herdamos da tradição racionalista aristotélica a ideia de que questões políticas se resolvem com “saliva”, ou, segundo Aristóteles, com o *logos*, essa capacidade humana, apenas humana, de *ordenar* sons e palavras, articulando-os em *discurso argumentativo*. Logo no início de sua *Política*, Aristóteles estabelece que o homem é o *zoon logon politikon*, o “animal racional político”. Há uma estrita relação de dependência entre o terceiro termo e o segundo: porque o homem é um animal racional, porque o homem é um animal atravessado pelo *logos*, essa capacidade de articular sons em palavras e palavras em discursos argumentativos, ele ultrapassa a capacidade animal de mera emissão de grunhidos que expressam “dor” e “prazer”, “gostei” e “não gostei”. Operando no *logos*, o homem torna-se um animal superior, que além de grunhidos para expressar sensações básicas, pode ordenar palavras em discurso argumentativo significativo e, com esse maravilhoso artifício, apresentar *razões* uns aos outros, tornando *comuns* suas experiências. O discurso argumentativo *comunica*, torna comuns as experiências humanas, fundando *comunidades de significações – a comunidade dos falantes racionais*.

Por isso os democráticos gregos excluíaam as mulheres, os escravos e os estrangeiros, isto é, a maioria da população, da participação política. É que estes grupos não eram considerados plenamente racionais e o ser racional é pré-requisito para tomar parte nas *discussões, deliberações e decisões* políticas. Ainda no século XX veríamos reverberações desse argumento na resistência masculina contra os movimentos das sufragistas mundo afora. As mulheres seriam mais “emotivas”, estariam mais sujeitas à ação “hormonal”, enquanto caberia aos homens brancos, esses seres plenamente racionais, o efetivo exercício da vida pública.

Essa mesma tradição repercute nas romantizações liberais modernas dos processos políticos – das quais também somos herdeiros. Imaginar a fundação, estruturação e governo de “comunidades” humanas como resultado de um “contrato” social entre cavalheiros racionais, conscientes e proprietários é fazer justamente aquilo que Nietzsche reprovava na tradição filosófica metafísica: tomar resultados muito tardios do desenvolvimento histórico-evolutivo humano e empurrá-los para o início dos tempos, como se lá já estivessem desde o princípio.

A capacidade de resolver querelas em “acordos” e “contratos” firmados com palavras e apertos de mão é uma conquista muito tardia da humanidade

e uma que, como nos mostram as circunstâncias da realidade, está muito distante de ser universalmente aplicada e respeitada. Descendentes das romantizações liberais, nos acostumamos a imaginar que os poderes políticos vigentes se estabelecem através de uma justificação e legitimação racional – em oposição à “mera violência”, que seria o exercício do poder pela força não racionalmente justificável e legitimável.

O que a realidade nos mostra é que *o fundamento do poder é o poder*. Bolsonaro reuniu poderes suficientes para se tornar governante. Reuniu o poder militar das milícias, polícias e exércitos. O poder financeiro de pelo menos três setores de investidores e empresários: aqueles que sabem lucrar em qualquer situação, tanto na crise quando na bonança, como os bancos; aqueles investidores inteligentes que sabem extrair altos lucros de empreendimentos de curto prazo; os investidores e empresários pouco inteligentes que não percebem que seu “sucesso” depende de um cenário de mínima estabilidade sociopolítica a médio e longo prazo; e o poder das religiões cristãs.

Internamente, portanto, apesar de toda a salvação da CPI, das redes e das passeatas, parece difícil que se reúnam poderes suficientemente fortes para suplantar os poderes do bolsonarismo. No entanto, no âmbito das relações internacionais sabemos que – infelizmente – nossa política têm sofrido constantes interferências – mais ou menos intensas dependendo do contexto – de poderes maiores vindos do chamado “norte” global. Tudo parece depender do quanto esses poderes maiores estarão dispostos a aturar Bolsonaro – e do quanto lhes parece que poderão “monetizar” sua permanência no cargo – ou, por outro lado, do quanto Bolsonaro lhes pareça cansativo e prejudicial (no sentido de prejuízo econômico).

Devo dizer que, nos últimos meses, têm havido fortes indícios de que a segunda possibilidade vem se apresentando com mais força: o espetáculo midiático da CPI que não cessa de expor os aspectos criminosos e ridículos do bolsonarismo; a libertação de Lula e exposição pública do óbvio caráter enviesado da Lava Jato; a pressão internacional para que o governo federal finalmente adquirisse vacinas (após o Brasil se tornar uma ameaça à saúde pública global); a reunião de um figurão da CIA a portas fechadas com o general Heleno); são bons presságios. Aliás, é só a partir de indícios que se pode “ler” a movimentação dos poderes políticos. Suas reais relações nunca

se apresentam ao “público” como quiseram fazer crer certas tradições liberais e socialistas.

Mas mesmo isso não deve ainda nos animar excessivamente. Mesmo que poderes superiores nos livrem de Bolsonaro, estaremos ainda muito longe de nos livrarmos do *bolsonarismo* e de tudo o que ele representa. A educação – não a formal, mas a real –, boa parte das mídias, a atuação micropolítica e, conseqüentemente, a política institucional estão nas mãos das igrejas cristãs. Vejam os concorrentes de Bolsonaro correndo atrás do público religioso. Ciro chegou a gravar um vídeo com a Constituição em uma das mãos e a Bíblia na outra – e não era para fazer uma crítica. O fundamentalismo cristão é uma realidade. E o cheiro de teocracia se faz cada vez mais presente nos ares cada vez mais rarefeitos do Brasil contemporâneo. Todas as discussões sociopolíticas se tornam novas cruzadas morais e as alternativas parecem se reduzir, para a massa cristã, a: um projeto defensor da moral cristã contra um projeto destruidor da moral cristã. Como vencer esse plebiscito? (Se por mais interessantes que sejam suas propostas, você já está definido no imaginário cristão como um servo do demônio?)

Além disso, para onde vão todos os militares com os quais Bolsonaro aparelhou o Estado? E toda a estupidez da massa bolsonarista? Há de minguar magicamente no dia seguinte às supostas eleições? O buraco é muito fundo...

13. A medida da felicidade não é objetiva

O documentário “O dilema das redes” popularizou uma compreensão bastante real para o nosso tempo. Nossa presença e nossas interações – postagens, curtidas, testes, fotos, comentários – nas redes sociais, alimentam sistemas incrivelmente sofisticados de coleta e processamento de dados. O uso que se faz desses dados é ainda primordialmente econômico. Quando uma empresa de artigos esportivos paga para exibir um anúncio no facebook, os algoritmos cuidam para que esse anúncio seja exibido para pessoas que tenham maior probabilidade de comprar os produtos em questão. Assim, se você frequentemente curte posts de basquete, conversa sobre basquete com seus amigos (mesmo “fora” das redes, seu celular estará captando o áudio das suas conversas cotidianas e acrescentando dados à sua “pasta” algorítmica), assiste lives de basquete, logo será bombardeado com anúncios de artigos esportivos ligados a basquete.

Esse tipo de tecnologia torna completamente obsoletas as fantasias paranoicas noventistas sobre governos, alienígenas ou empresas multinacionais que pudessem ter o interesse de instalar “chips” em nossos corpos ou em nossos cérebros para fins de vigilância e controle. Hoje cada um de nós *compra* o próprio chip, não desgruda dele nem por um segundo e passa o dia inteiro, desde o primeiro despertar até o último sono do dia, o alimentando com dados pessoais ininterruptamente. Cada teste divertido, cada foto postada, cada curtida e comentário revelam detalhes pessoais de nossas vidas, de modo que hoje, para monitorar minuciosamente a vida de qualquer cidadão, não é preciso ser um hacker, e nem muito menos um alienígena.

Em países com governos autoritários e alto investimento tecnológico, caso da China, por exemplo, este poderoso aparato de coleta e processamento de dados já é utilizado politicamente, para fins de vigilância e controle governamental. Um sofisticado sistema de reconhecimento

facial, drones vigilantes, medição de temperatura em tempo real e um sistema social de “pontos” com base no monitoramento das redes dos cidadãos – e suas posições mais ou menos favoráveis ao governo – nada ficam devendo aos episódios mais perturbadores de *Black Mirror*.

Um dos efeitos mais comuns desse processamento algorítmico é constituir a forma atual da produção “bolhas” sociais no interior das quais opiniões parecidas sobre os mais diversos assuntos são constantemente reafirmados por *feedback* positivo. Isto é, rolando infinitamente a *timeline* das suas redes sociais, você verá constantemente opiniões e posições que confirmam a sua própria, aquela que com compartilhamentos, comentários e *likes*, você próprio indicou aos algoritmos que é a sua.

É preciso resistir aos ideais românticos da racionalidade e da tradição do *logos* que querem fazer crer que antes das redes sociais as pessoas viviam em franca convivência e diálogo com grupos diferentes, confrontando amistosamente opiniões e visões de mundo diversas e bem dispostas a corrigir e reformular constantemente as próprias posições. As “bolhas” e polarizações são na verdade a experiência mais comum para uma espécie que, como dissemos, é muito mais *tribal* do que propriamente *universalista*, apesar de todos os ideais cristãos e iluministas que se esforçaram em promover, ao menos num plano superficial, projetos – ao menos nominalmente – universalistas.

Vale lembrar, por outro lado, que a tão falada “polarização” do Brasil atual não passa de uma quimera, pois Bolsonaro não é um “polo” em relação a coisa alguma. Bolsonaro é uma força destrutiva que vem de cima para baixo arrasando todas as conquistas e possibilidades do Brasil contemporâneo. Nem Lula, nem PT nem PSOL constituem “polos” em relação a Bolsonaro. São partidos que jogam o jogo das instituições. Para que houvesse um “polo” oposto a Bolsonaro, seria preciso que houvesse uma esquerda extremamente radical e fortemente militarizada com projetos concretos para eliminar uma ampla parcela da população ao mesmo tempo em que emprega todas as forças – físicas e ideológicas – para submeter a totalidade dos brasileiros ao seu poder. Isso não existe no Brasil. Situar esse “polo” no PT ou em Lula chega a ser patético, afinal, o partido governou o país por 14 anos, sem jamais flertar com qualquer ditadurização da política interna.

De toda forma, quando acontece de “cairmos” acidentalmente dentro de uma “bolha” bolsonarista, ou quando temos a estranha oportunidade de conversar com um de seus assíduos frequentadores, tendemos a nos surpreender com a descoberta de que *há muitas pessoas felizes com o bolsonarismo*. Aliás, os descontentes não são “70%”, como se inventou recentemente. A soma das abstenções, nulos e brancos com os votos em Haddad não podem ser tão simplesmente somadas. Afinal, com 100 milhões de votos computados, os votos válidos são como a maior pesquisa Ibope de todos os tempos, de maneira que como as abstenções não tiveram nenhum recorte ideológico (se fossem impedidos de votar apenas os universitários ligados a movimentos sociais ou os filhos de militares, aí então sim faria sentido computar as abstenções para um lado ou para o outro), é um fato estatisticamente estabelecido que, caso os que se abstiveram votassem, o resultado seria 55 a 45 para Bolsonaro, com uma margem de erro ínfima.

Por isso quando algum “furo” em nossa bolha nos põe em contato com um dos contentes, diante desse verdadeiro encontro com o “outro”, retornamos cabisbaixos para nossas próprias bolhas de autoconfirmação afetiva e compartilhamos com nossos companheiros toda a nossa perplexidade em discursos mais ou menos exaltados: afinal, é impossível que alguém não esteja percebendo que as condições gerais de vida de todas as pessoas pioraram muito.

Isso é fato. As condições materiais-objetivas de vida de todos os brasileiros – à exceção dos super-ricos – piorou consideravelmente – mesmo em relação aos tão vilipendiados últimos e dramáticos anos do governo Dilma. O dólar e gasolina passando dos 6 reais, todos os alimentos, especialmente as carnes, encarecendo e o gás de cozinha beirando ou batendo os 100 reais nos dão uma boa medida do nosso desastre. No entanto, ainda assim, pelos furinhos que ocasionalmente atravessam a bolha, podemos ver pessoas de todas as classes sociais bastante felizes com todo o panorama atual. Como explicar esse curioso fenômeno?

Acontece que a medida da felicidade humana não depende de circunstâncias objetivas universalmente reconhecíveis. É um vício marxista acreditar que apenas condições “materiais-objetivas” do campo econômico determinam verdadeiramente a vida – e o nível de satisfação ou insatisfação de cada um com a própria vida. Muitas outras circunstâncias entram nessa

conta, todas elas atravessadas em alguma medida por nossos desejos e fantasias de onipotência, o que torna o “cálculo da felicidade” infinitamente mais complicado do que o “felicítômetro” de Bentham poderia sonhar. Como nos lembra muito bem o historiador Yuval Harari

“A descoberta mais importante de todas é que a felicidade não depende de condições objetivas de riqueza, saúde ou mesmo comunidade. Em vez disso, depende da correlação entre condições objetivas e expectativas subjetivas. Se você quer uma carroça e consegue uma carroça, fica contente. Se você quer uma Ferrari zero e só consegue um Fiat usado, sente que algo lhe foi negado. É por isso que ganhar na loteria tem, com o tempo, o mesmo impacto sobre a felicidade das pessoas que um acidente de carro debilitante. Quando as coisas melhoram, as expectativas inflam, e conseqüentemente até mesmo melhorias drásticas nas condições objetivas podem nos deixar insatisfeitos. Quando as coisas se deterioram, as expectativas diminuem, e conseqüentemente até mesmo com uma doença grave a pessoa pode ser tão feliz quanto era antes.

(...) Hoje, temos um arsenal de tranquilizantes e analgésicos à disposição, mas nossas expectativas de alívio e prazer, e nossa intolerância à inconveniência e ao desconforto aumentaram a tal ponto que podemos muito bem sofrer muito mais com a dor do que nossos ancestrais sofreram.

É difícil aceitar essa linha de pensamento. O problema é uma falácia de raciocínio incrustada em nossa psique. Quando tentamos adivinhar ou imaginar quão felizes outras pessoas são hoje, ou quão felizes foram no passado, inevitavelmente nos imaginamos em sua pele. Mas isso não funciona, porque associa nossas expectativas com as condições materiais de outros”^[20].

Ora, por mais que a classe média esteja empobrecida, por mais que as classes mais empobrecidas estejam flertando cada vez mais abertamente com a miséria, há muita gente satisfeita por razões morais, religiosas, tribais que se expressam em discursos do tipo: “mas pelo menos temos um homem de verdade no poder”, “mas pelo menos temos um autêntico defensor da família e dos bons costumes”, “mas pelo menos temos um verdadeiro cristão”, “mas pelo menos temos um homem simples que, à imagem e semelhança do povo, despreza os requintes no trato social, diz o que sente,

assina com bic e come pão com leite condensado”, “mas pelo menos não temos a esquerda”, “mas pelo menos nos livramos do PT”.

Mais um ponto na exposição de Harari parece convir muito bem à realidade brasileira. Passamos por duas décadas de considerável melhora das condições materiais-econômicas durante os governos de PSDB e PT. O problema é que, como Harari indica, o incremento das condições materiais não se faz necessariamente acompanhar por um aumento de “felicidade”. *Pelo contrário*. O mais comum é que, melhorando as condições materiais-econômicas, as expectativas se tornem mais altas e mais imperativas, contribuindo para uma diminuição geral do nível de satisfação social.

E não pude deixar de notar que, ainda em apoio à tese de Harari, depois de “apenas” dois anos e meio de Bolsonaro, com exceção dos seus seguidores mais fanáticos, já praticamente não se consegue lembrar nenhum dos pontos negativos do governo PT – aqueles que motivaram greves, passeatas, atos, textos etc. Vez por outra o *facebook* me manda a “lembrança” de alguma reclamação política inflamada dos idos de 2013, 2014 e eu penso, com um olhar de estranhamento: do que diabos eu estava mesmo reclamando? É que o bolsonarismo torna nossas condições de vida tão precárias que as melhorias dos anos petistas vão se destacando cada vez mais vivamente, como uma figura em alto relevo.

14. Ressentimento

Segundo Deleuze, para compreender o que Nietzsche chama de “força” e “fraqueza” o mais fundamental não seria a quantidade, mas a qualidade.

Segundo a mera relação de *quantidade*, é mais forte quem tem mais força, é mais fraco quem tem menos força. Se pensarmos bem, isso não serve para muita coisa. Nas artes marciais podemos tentar estabelecer antes da luta quem tem “mais força” e quem tem “menos força”. Mas será força nesse caso igual a músculo? Um peso leve faixa-preta de jiu-jitsu pode aplicar técnicas incríveis para subjugar inteiramente um peso-pesado boxeador – algo já provado nos primórdios do UFC, quando se tratava efetivamente de um “vale-tudo”. O general provavelmente não é o “mais forte” dos homens do quartel e, certamente, não é “mais forte” do que todos eles juntos, e, ainda assim, tem o comando, ocupa o nível superior da hierarquia. O papa não é o “mais forte” dos cristãos. E os presidentes não são os homens “mais fortes” do país.

Mesmo se quisermos compreender as diferenças quantitativas entre as forças, portanto, o cálculo é muito menos óbvio do que parece. Teremos que computar inteligência, técnica, lábia, carisma, recursos financeiros, aparatos tecnológicos, ideais abstratos e, ainda assim, golpes da sorte e do acaso sempre podem desequilibrar a balança para um lado improvável.

Não é a “quantidade” que Nietzsche tem em mente quando fala em “força” e “fraqueza”. Força e fraqueza não são medidas quantitativas de diferenças de força – em qualquer sentido. Força e fraqueza são *posturas existenciais*. Nesse sentido, trata-se de uma diferença *qualitativa*. Ou seja, cada uma expressa uma maneira de se colocar diante da Existência.

A postura fraca se caracteriza essencialmente pelo *ressentimento*. Ressentimento, como nos ensina Nietzsche, é muito diferente de simplesmente sofrer uma ofensa ou violência e ficar “remoendo” a

“mágoa”. Ressentimento é uma maneira de ver o mundo e de avaliar as relações.

O cerne da postura ressentida é sempre se definir a partir da negação de um outro. Se sofro, é por culpa de um outro. Minha ação é uma reação ao outro. Meu prazer não é desfrutar o que possuo, mas ver o outro perder o que tem ou impedir a todo custo que possua também o mesmo que eu. A postura ressentida “diz não a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não-eu’ - e *este* Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este *necessário* dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento”. A moral ressentida “sempre requer, para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto – *sua ação é no fundo reação*”^[21].

A vontade ressentida cria valores, avaliações. O ressentimento tem vontade de “além”. Esse mundo, tal como o conhecemos, esse mundo em que o devir desenfreado das circunstâncias não tem nenhuma consideração por nossos sentimentos, é um mundo falso, mau, inferior. “Além” dele deve haver um mundo infinitamente melhor. Um mundo estável. Fixo. Eterno. Feito para nós. Um mundo em que seremos felizes para sempre. Assim, o ressentimento nega o único mundo real em favor de um “outro” mundo imaginário, de um modo tal que o único mundo real passa a ser considerado como “falso” em detrimento de um mundo-além imaginário que passa a ser considerado como absolutamente verdadeiro.

É a mesma vontade ressentida, dirá Nietzsche, que sonha o “mundo das ideias” de Platão: esse mundo de modelos eternos e imperturbáveis. É ela que – intensificada – inventa o paraíso cristão. É ainda ela que – aparentemente secularizada – inventa a “Nova Atlântida”, o paraíso realizado na Terra quando, através do hiper-desenvolvimento científico e tecnológico, finalmente poderemos controlar inteiramente as circunstâncias naturais, realizar todos os nossos sonhos e desejos, viver rodeados de conforto e prazer, eliminar o sofrimento, o adoecimento, o envelhecimento e quem sabe até a morte – os mesmos males cuja descoberta fez Siddarta abandonar o seu palácio. É também ela que, politizada, nos promete uma sociedade absolutamente justa e igualitária quando as revoluções tiverem enfim eliminado todos os exploradores, esses outros, que são culpados pelo sofrimento do povo.

O ressentimento tem vontade de fundamento. Fundamento é o terreno absolutamente estável sobre o qual se pode construir todo um edifício em plena segurança. O ressentimento não suporta a incerteza, o jogo irrefreável das circunstâncias, a indiferença do universo em relação a nossas dores e prazeres. Essencialmente *reativo*, o ressentimento não suporta a ação sem fundamento: a ação-aposta que não tem certeza de onde vem e não tem total controle sobre os efeitos que produzirá – a ação, tal como a conhecemos, pois. É preciso que um Outro absoluto fundamente minha ação. Ajo assim porque devo me aproximar da contemplação do mundo das ideias. Ajo assim porque Deus quer. Ajo assim porque é o sentido da História. Ajo assim porque é “justo”, segundo um padrão moral absoluto inscrito na ordem do universo.

O ressentimento tem vontade de identidade. Identidade é fechamento sobre si mesmo. Delimitação de fronteira – com direito a muro, arame e polícia federal. O ressentimento não suporta a abertura. A abertura às circunstâncias, a abertura às muitas outras coisas, pessoas, palavras, ideias, instituições e formas de viver que vêm ao nosso encontro, atravessam nosso caminho e nos afetam de maneiras imprevisíveis. O ressentimento precisa dizer “eu sou isso e apenas isso”. Nada mais. Ordem. Estabilidade. Segurança. Mesmidade.

E porque isso que sou – e apenas isso – é absolutamente fundamentado por um fundamento absoluto e porque todos os outros que não comungam comigo desse mesmo fundamento e dessa mesma maneira de ser são maus, perversos e subversivos, devo impor minha maneira de ser – a única correta – à totalidade da humanidade (enquanto não encontramos Ets racionais, pois então eles também estarão sujeitos ao “dever” da nossa “lei moral”).

O ressentimento é essencialmente moralista. Os outros são maus. É preciso reagir à maldade dos maus. Logo, somos bons. Assim, devemos impor nossa lei ao outro, converter o outro, silenciar o outro, prender, torturar, exilar, matar o outro... mas nunca por qualquer maldade ou vontade violenta... não. Nós, os bons, violentamos os maus em nome da verdade, do bem, da justiça. Violentamos os subversivos porque somos bons e justos.

A ideia de que minha infelicidade é culpa de um outro é típica da postura ressentida. Ela corresponde, no campo da economia psíquica, ao

seguinte estrategema: não desfruto do poder absoluto porque há um “outro” que me impede. Caso esse “outro” fosse eliminado, eu finalmente seria plenamente feliz. Sustentar essa situação de infelicidade bem explicada e entendida protege o aparelho psíquico de ter de encarar sua situação real de desamparo que corresponde ao seguinte: não somos absolutamente felizes porque o poder absoluto que desejamos só pode comparecer como fantasia e ilusão, mas jamais como realidade, pois a onipotência é mesmo absolutamente impossível. Encarar a experiência traumática do impossível é, no entanto, o caminho para finalmente reconhecermos que a felicidade (a onipotência) absoluta é absolutamente impossível, mas “abaixo” dela há toda uma vasta gama de possibilidades de desfrute de poderes e felicidades relativas. Cada uma com seu preço a pagar, é verdade, mas possíveis.

Isso não significa que não possa haver um “outro” que nos torne ainda menos felizes do que poderíamos ser. E essa percepção certamente nos autoriza a enfrentar esse outro ou, se possível, tomar distância. Fica nítido que o ressentimento está regendo a relação justamente quando há um sistemático investimento na manutenção da relação com este “outro” ao mesmo tempo em que insistentemente o culpamos por nossa infelicidade.

Politicamente, o ressentimento tem algumas facetas possíveis. Pode comparecer ao lado das classes mais baixas, quando não se permitem admitir que gostariam de desfrutar também do poder e dos privilégios das classes mais altas e assumem uma postura moralista que culpa o rico pela pobreza e estabelece como ideal político absolutamente fundamentado por algum ideal abstrato e supostamente absoluto de Justiça, que os ricos percam o que têm. Em tempos passados, a capitalização desse ressentimento parece ter desempenhado um importante papel na ascensão e expansão da Igreja Católica, com o ideal de que, para as classes mais baixas essa “reparação” moral virá no “reino dos céus” - aprisionando justamente as classes mais baixas numa espécie de “vingança imaginária” contra os “maus” - uma crença que nada faz por elas no “mundo real” se não mantê-las justamente subservientes à sua própria condição subalterna.

Pelo lado dos grupos mais privilegiados da sociedade, o ressentimento pode se manifestar como desejo de – e mobilização para – impedir que o outro possa desfrutar das riquezas e privilégios que possui. Ainda que ele não as queira retirar de mim, mas apenas obter também, por outras vias,

acesso a estes mesmos gozos. Quando as mulheres lutavam pelo seu direito de voto, lutavam pelo direito de acesso a um privilégio há muito desfrutado pelos homens, sem nada pretender tirar deles – já que nunca se requisitou que os homens perdessem seu direito ao voto. E mesmo assim, houve grande mobilização dos homens através de todo tipo de estratégia política e argumento furado – incluindo teorias científicas supostamente sérias sobre a incapacidade feminina para a participação política – para impedi-las de atingir seus objetivos. No Brasil, com a abolição da escravidão, houve toda uma mobilização dos brancos para impedir que os negros ex-escravizados e descendentes de ex-escravizados tivessem acesso a qualquer direito social disponível. E por aí podemos compreender a pouca disposição das classes mais altas para aceitar qualquer distribuição de renda que, apesar de estar longe de torná-las significativamente mais pobres, certamente torna as pessoas mais pobres significativamente mais ricas.

Nossas classes médias merecem um capítulo à parte na expressão da postura ressentida. Afinal, a base de sustentação eleitoral e ideológica do bolsonarismo está nas 53% de famílias brasileiras com renda entre 2 e 10 salários mínimos (Entre as 20% de famílias com renda inferior a 2 salários mínimos, Bolsonaro perdeu). Há uma parcela das nossas classes médias que se identifica imaginariamente com as elites e julga que por possuir um apartamento relativamente bem situado com um carro relativamente novo na garagem – ambos financiados em 30 anos – é verdadeiramente rica. A verdade é que mesmo as classes médias mais bem estabelecidas, com seus salários mensais de 5 a 10 mil reais, ainda se encontram matematicamente muito mais próximas dos 900 reais mensais do salário mínimo do que dos mais de 170 mil mensais dos verdadeiramente ricos.

A parcela da classe média que se identifica imaginariamente com as elites econômicas entra em colapso nervoso a cada vez que observa uma melhora significativa nas condições econômicas das classes mais baixas. O caso é de fácil compreensão. Ao encontrar as classes mais baixas nos aeroportos, nas seções do mercado e nos shoppings que eram antes reservados às classes médias, as fronteiras entre classe média e classe baixa ameaçam desaparecer, obrigando as classes médias a encarar a realidade da sua pobreza material e quebrando a ilusão da identificação imaginária com as classes mais altas. (Notem que os verdadeiramente ricos “lavam suas mãos” diante de tais burburinhos... eles têm jatos e helicópteros, mercados

e shoppings mais que exclusivos e contas bancárias inesgotáveis). Esse fenômeno, aliado à insatisfação que tende a se seguir a uma melhora significativa das próprias condições de vida, explica boa parte do “ódio” desses setores das classes médias ao PT.

Por outro lado, é das classes médias que vêm a maior parte dos movimentos de contestação aos valores sociais, políticos e culturais estabelecidos. É na classe média que estão a larga maioria dos filósofos, dos jornalistas, dos professores universitários, dos ativistas políticos... Não é, portanto, o caso de se “odiar a classe média”, como chegou a propor certa vez uma grande contestadora dos valores socialmente estabelecidos, a pensadora de classe média Marilena Chauí. Enquanto as classes altas estão ocupadas administrando suas fortunas, tentando dobrar cada um dos seus milhões, metidas até o talo em negociatas políticas para manutenção e expansão do próprio poder; e as classes mais empobrecidas estão lutando pela própria sobrevivência, vendendo o almoço para pagar a janta; as classes médias desfrutam daquilo que antigamente se chamava de “ócio produtivo”. Daí surge a quase totalidade da militância política de esquerda.

Tem sido uma pauta frequente entre os próprios movimentos de esquerda a percepção de que alguns desses homens e mulheres “do povo”, que tomam vinhos e cervejas caros em suas varandas e são fluentes na linguagem acadêmica, reivindicam melhores condições de vida para “o povo”, não raramente colocando-se a si mesmos numa posição de superioridade e poder – gozando, portanto, uma fantasia de poder – ao assumir uma posição de “liderança”, “conscientização”, “condução” ou mesmo “salvação” do povo. (Quem não se lembra do discurso de Mano Brown no palanque de Haddad?). Esses mesmos setores da esquerda que se irritam por não serem levados a sério parecem não perceber o quanto é difícil levar a sério quem faz *posts* e textos acadêmicos – numa linguagem ainda bastante distante da “língua do povo” - criticando o mesmo sistema de exploração que rende para eles próprios benesses com as quais “o povo” não pode ainda nem sequer sonhar.

15. Ética da Afirmação

A postura forte nada tem a ver com “quantidade de força”. Não é a prerrogativa do “mais forte”. O cerne da postura forte é a afirmação.

A *afirmação de si* importa mais do que qualquer negação do outro. Mas o que é esse “si” que se afirma na postura forte? Certamente não se trata de um “si”, de um “eu” ou de um “sujeito” circunscrito pelas fronteiras – fortificadas – de uma qualquer “identidade”. O “princípio de identidade”, um dos princípios fundamentais da razão ocidental, se refere à suposta estabilidade de um ser-sempre-idêntico-a-si-mesmo. “Identidade” remete necessariamente a uma “essência” substancial imutável.

“Identidade” remete, portanto, àquela “alma imortal” que, em Platão, era habitante original do “mundo das ideias” e que agora reencarna em intermináveis ciclos moralmente qualificáveis. Remete à “alma” individual – imutável e imortal – criada à imagem e semelhança do próprio Deus. Remete ao “sujeito” substancial cartesiano, aquele dotado de vontade-livre, de livre-arbítrio, como já diziam os cristãos. Remete ao “indivíduo” liberal, esse que faz e acontece por si mesmo e acumula propriedades “suas” através do “seu” trabalho – o mesmo “indivíduo” racional e consciente, aliás, que se trata de “conscientizar” pelo discurso para que assuma seu papel revolucionário na História.

A postura forte recusa a identidade. Compreende a si mesma como abertura, multiplicidade e movimento. Abertura às muitas “outras” circunstâncias, coisas, pessoas, significações e instituições que a atravessam e a constituem. Sinfonia composta de uma incrível multiplicidade de notas, acordes, harmonias, dissonâncias e instrumentos que a fazem única, a postura forte afirma sua irreduzível *singularidade*. Aberta e múltipla, a postura forte afirma seu caráter inacabado, sempre-ainda-por-fazer, num estar-em-movimento que, no entanto, nada tem a ver com “imperfeição”.

“Imperfeição” é um tipo de julgamento moral que só nos pode cair sobre a cabeça desde que se assuma a existência de padrões morais eternos e imutáveis em relação aos quais estaremos sempre necessariamente “em dívida”. Por isso *moralidade* e *culpa* se alimentam mutuamente. E não à toa em muitas línguas, inclusive a nossa, “culpa” e “dívida” guardam um parentesco de primeiro grau.

A moral estabelece “ideais” segundo os quais o mundo – ou, se não o mundo, certamente a totalidade da humanidade – *deve* funcionar. Moral estabelece *dever*. Determina como cada um de nós *deve* ou *deveria* ser. Para determinar o que *deve ser*, a moralidade sempre necessariamente se instaura e opera segundo uma *negação* ou *denegação* de amplas parcelas da realidade – por exemplo, sob a forma de *condenação* e desejo de eliminação de tudo aquilo que se considera “mau”. É preciso eliminar até mesmo os nossos desejos e fantasias considerados “maus”. Como para um aparelho psíquico cujo “programa” fundamental instalado “de fábrica” é uma pulsão onivoraz de poder absoluto, eliminar desejos e fantasias socialmente considerados “maus” constitui uma empresa impossível. Por isso toda educação moralista é necessariamente baseada no desconhecimento de si e na repressão.

A postura forte, ao contrário, investe no conhecimento de si e no acolhimento dos próprios desejos e fantasias socialmente “condenáveis” que frequentam nossas mentes. Como lidar com eles? Como encontrar meios de expressão *artísticos* para eles?

É típico da postura fraca o querer *consertar a existência*, a lamentação, o exercício neurótico do *se...* tentando consertar o passado: “*se eu não tivesse agido assim, hoje seria mais feliz. Se eu tivesse feito tais coisas, hoje seria mais feliz. Se as circunstâncias sociopolíticas tivessem sido diferentes, hoje eu seria mais feliz. Se tais e tais pessoas não me tivessem feito o que fizeram, hoje eu seria mais feliz...*”

Nietzsche nos lembra que este é um cálculo demasiadamente pobre... Cada um de nós é resultado do encontro e entrelaçamento de uma miríade de circunstâncias de todos os tipos. É justamente esse encontro e esse entrelaçamento único e irrepitível na história do mundo que nos torna quem somos, isto é, *absolutamente singulares*. Cada um de nós nasceu em um tempo e um lugar, com uma determinada configuração familiar, estabeleceu relações com pessoas de todo tipo que nos trouxeram dores e prazeres,

alegrias e tristezas, cada um de nós teve o caminho existencial atravessado por eventos terríveis e maravilhosos de toda ordem, cada um de nós sofreu e gozou certas circunstâncias sociopolíticas... e cada uma dessas relações, circunstâncias e eventos, mesmo os mais terríveis e sombrios, nos tornaram a absoluta singularidade que hoje somos. Cada uma dessas relações, circunstâncias e eventos construiu para nós uma trajetória absolutamente singular.

Quando queremos “consertar” o passado em nossas fantasias, imaginamos voltar “lá” naquele “ponto-chave” da nossa história *com a cabeça de hoje* a fim de corrigi-lo! Mas ora, só temos a “cabeça de hoje” *porque* aquilo aconteceu como aconteceu. Caso pudéssemos realmente voltar, o que mais poderíamos fazer se não exatamente o que se fez conosco? Se é uma conjunção de múltiplas e variadíssimas circunstâncias que nos co-move, como supor que estivemos no “controle” do processo?

Além do mais, nossa trajetória é *caótica*. Ao contrário do que se possa imaginar, *caos* não é pura *desordem*. *Caos*, na teoria do caos, é simplesmente a situação existencial de sistemas *sensivelmente dependentes das condições iniciais*. O que isso significa? Sistemas para os quais cada mínima alteração em um ponto qualquer do percurso tem o potencial de gerar consequências gigantescas a médio/longo prazo, levando sua trajetória e sua configuração para um lado completamente inesperado e imprevisível. De maneira que se somos o que somos hoje, é *graças a* tudo o que aconteceu no passado, mesmo cada mínima circunstância, mesmo cada mínimo evento – muitos dos quais nem sequer conhecemos por estarem fora do nosso campo possível de consideração.

Negar, portanto, uma pequena circunstância que seja do nosso passado, fazer o exercício imaginário de “consertar” um evento do nosso passado, é negar inteiramente quem somos hoje, é negar nosso eu real em nome de um eu ideal que nunca existiu nem nunca irá existir, é uma ingratidão contra o “dom” maravilhoso da singularidade! É esse “si” absolutamente singular que se trata de afirmar. Por isso a postura forte encarna uma *ética da afirmação*. É uma afirmação incondicional da existência tal como foi e tal como é.

O *amor fati* de Nietzsche, o amor ao próprio destino, é o amor à singularidade que se é. Portanto, por mais difícil que seja o exercício, não se trata de consertar o passado. E nenhum passado é inteiramente “bonito”.

Entre os movimentos sociais de contestação sociopolítica de padrões identitários dominantes – sejam de gênero, raça ou classe – ambas as posturas são possíveis. Há os movimentos que se limitam a uma condenação do passado em eterna lamentação e mal-dição. E há os movimentos que assumem e acolhem o passado tal como foi e lutam para criar e construir algo, afirmativamente, para a frente, lutando também, é claro, para desconstruir ou destruir os padrões identitários dominantes em nome da possibilidade de expressão da própria singularidade. Estes encarnam uma postura afirmativa. (Por isso me agrada o termo “ações afirmativas”. Não sei quão proveitosos podem ser os conceitos de “reparação” ou “dívida”. Trata-se de encarar realisticamente um passado que é de exclusão, marginalização e violência não para “consertá-lo” [o que é impossível!], mas para a implementação de políticas eficazes para a construir afirmativamente um presente e um futuro para aqueles que ainda hoje sofrem os efeitos dessa nossa história).

É a diferença, por exemplo, entre passar a vida a reclamar que “a cultura eurocêntrica não deixa...” a gente fazer coisas e a alternativa que é, além de reclamar – o que faz parte! - ir lá e *fazer*. Reclamar que a cultura eurocêntrica não nos mostrou autores africanos na escola faz parte, mas podemos combinar essa reclamação com um garimpo e um mergulho nas obras de autores africanos. Podemos mostrá-las aos nossos amigos, aos nossos alunos, aos nossos seguidores. Podemos criar um projeto de estudo e divulgação de autores africanos. Isso é afirmação! Ficar apenas na reclamação, nesse “o outro não deixa...” é ressentimento. O mesmo com autoras mulheres, o mesmo com autores LGBTQ+. Reclamar que fomos ensinados a cultuar filósofos europeus como se só eles pudessem fazer filosofia faz parte, mas podemos pôr mãos à obra e *fazer* Filosofia diretamente do Brasil, *criar* uma teoria filosófica original – como eu fiz, por exemplo, com a *metafísica do impossível*.

Nem é o caso de dizer também que “nada que vem do outro presta”. Se a tradição ocidental nos deixou ferramentas por demais limitadas, por excluirmos tantas outras, não precisamos jogar essas ferramentas fora por puro ressentimento. Não precisamos “cancelar” o Ocidente. “Negar” a herança ocidental por puro ressentimento. Se estamos, com razão, nos sentido “pobres” por termos sido apresentados a apenas uma caixa de

ferramentas, mãos à obra! Vamos procurar e nos apropriar de outras ferramentas a fim de construir uma obra mais rica e absolutamente singular!

Percebem a diferença? Entre a postura ressentida e afirmativa nos movimentos de contestação dos padrões sociais dominantes? Ambas, no entanto, inflamam o ressentimento dos homens, dos brancos, dos (ao menos publicamente) heterossexuais e dos ricos – os traços que compõem este grupo minoritário que chamo, no sétimo capítulo do livro *Oficina de Filosofia, de o maior movimento identitário de todos os tempos*. Este grupo, o mais sensível, reativo, e também o mais politicamente forte e bem organizado, vê em qualquer movimento de contestação dos valores sociais dominantes uma forma de “vitimismo” injustificado, uma subversão da ordem e da segurança, uma terrível ameaça à estrutura social ou uma aberração que desvia a “natureza” humana. Estes grupos privilegiados e ressentidos negam então o presente em nome de um passado ideal, numa postura nostálgica e conservadora.

Essa postura está presente em todo tipo de discurso nostálgico que hoje circula. Aquele que diz que na ditadura todos viviam bem, em paz, segurança e estabilidade, num mundo livre de corrupção. Obviamente, uma ilusão, já que o mundo *nunca foi assim*, em qualquer tempo ou lugar, quanto mais sob a mira dos fuzis de uma ditadura. Aquele que diz que no passado os casamentos duravam para sempre, sem levar em conta que isso ocorria por que a relação era de violência e opressão do homem sobre a mulher, que mesmo sendo traída e violentada de qualquer maneira, simplesmente não podia requerer um divórcio. Aquele que diz que no passado os alunos respeitavam os professores, sem levar em conta que a escola aplicava castigos físicos como palmatória e ajoelhar no milho, educando para submissão e não para a liberdade. Aquele que sonha, portanto, com um passado ideal em que “tudo e todo tinham o seu lugar”, tudo estava em ordem, tudo era seguro, tudo estava em paz. Trata-se de uma projeção para o passado da fantasia de poder absoluto. E de um grande ressentimento contra o presente em que há, sim, movimentos de contestação desses valores e padrões sociais que hoje já não mais se sustentam – graças a Deus, ou, como diria Nietzsche, à morte de Deus.

Bolsonaro se tornou um receptáculo para todo tipo de ressentimento nostálgico. Não por acaso procurou de todas as formas, durante a campanha, apresentar-se como o “homem” por excelência, o “branco” por

excelência e o “hétero” por excelência. Por outro lado, o fato de observarmos um nível de revolta dos descontentes mais comedido do que aquele que se dirigiu contra Dilma, me faz pensar se, mesmo para os descontentes, Bolsonaro não encontrou um lugar “interessante” do ponto de vista da economia psíquica: temos alguém sobre quem descarregar livremente nosso ódio e nossa agressividade e alguém que pode concentrar em si todas as nossas razões – e para a maioria dos humanos não são poucas – de frustração e infelicidade.

16. Genocídio

Confesso que demorei bastante a entender a gestão bolsonarista da pandemia, que consistiu em desqualificar a seriedade da situação – apenas uma “gripezinha”, “e daí?”, “todo mundo morre”; desacreditar as recomendações científicas – lockdown, máscaras e vacinas são “esquemas” esquerdistas para reduzir a liberdade individual; e incentivar e promover aglomerações.

Uma crise vinda de algum fator externo é em geral uma oportunidade de ouro para um governo com tendências autoritárias. É uma oportunidade para se colocar como salvador da pátria, endurecer o regime e ainda sair “por cima”. Então por que Bolsonaro desprezava esta valiosa lição básica da história e agia de forma inconsequente e pirracenta diante de uma crise cuja realidade é tão difícil de simplesmente negar?

Revelações recentes enfim lançaram luz sobre o comportamento do nosso presidente. Acontece que Ernesto Araujo, o ministro (do rompimento) das relações exteriores não queria ingressar na Covax Facility, acordo internacional liderado pela OMS para a distribuição de vacinas pelo mundo. Araujo, imerso nas paranoias delirantes de Olavo de Carvalho, tem a OMS como um órgão de promoção do “globalismo” “esquerdista” e acreditava que assinar o acordo seria fortalecer este “globalismo” “esquerdista”^[22]. (Ernesto, que era um cidadão comum até 2015, diz ter sido “despertado” de seu sono não-dogmático pelas passeatas do impeachment em 2015. Para analisar o quanto esse “despertar” tem de genuíno, precisaríamos recorrer a outras áreas do conhecimento, tais como Relações Internacionais, Economia ou quem sabe Psiquiatria). Ao mesmo tempo, Trump pressiona Bolsonaro para recusar a oferta da vacina Sputnik pela Rússia, pois seria preciso dissuadir os países das Américas a “aceitar ajuda” de “estados mal intencionados” como Cuba, Venezuela e Rússia... isto é, aceitar a Sputnik resultaria num perigoso avanço do “esquerdismo”

no Brasil^[23]. Hoje, com o avanço da CPI da pandemia, fica cada vez mais claro que Bolsonaro recusou propositalmente centenas de milhões de doses da vacinas, ignorou 81 e-mails da Pfizer, por exemplo – e não por “burrice” ou “descaso”, mas em nome de um *projeto* que resultaria no assassinato em massa de brasileiros.

Com as vacinas disponíveis associadas ao “esquerdismo” e ao “globalismo”, Bolsonaro resolveu apostar em sua própria concepção distorcida da chamada “imunidade de rebanho”, estimulando a maioria da população a pegar o vírus, para que os sobreviventes “naturalmente” desenvolvessem anticorpos. Ele parece não ter incluído – ou não ter se importado de incluir – em seus cálculos a sobrecarga desmedida sobre os profissionais de saúde da linha de frente e o colapso total dos sistemas de saúde, ainda que tenha sim contado com a possibilidade de algumas centenas de milhares de mortes (Hoje já passamos das 500 mil).

Pressionado por poderes internacionais, já que o Brasil se tornou uma ameaça à saúde pública mundial – pela proliferação de novas cepas – Bolsonaro apelou para a boa e velha “corrupção” contra a qual bradava em campanha. Fez negociatas para comprar vacinas superfaturadas de laboratórios indianos. Como nos lembra Jason Stanley:

“Divulgar falsas acusações de corrupção enquanto se envolve em práticas corruptas é típico da política fascista, e as campanhas anticorrupção estão frequentemente no centro dos movimentos políticos fascistas. Políticos fascistas geralmente condenam a corrupção no Estado que querem assumir, o que é bizarro, uma vez que os próprios políticos fascistas são invariavelmente muito mais corruptos do que aqueles que eles procuram suplantar ou derrotar”.^[24]

Uma das definições de “genocídio” no dicionário do Google é “aniquilamento de grupos humanos, o qual, sem chegar ao assassinio em massa, inclui outras formas de extermínio, como a prevenção de nascimentos, o sequestro sistemático de crianças dentro de um determinado grupo étnico, a submissão a situações insuportáveis de vida etc.”. Estamos vivendo no Brasil um curiosíssimo caso de genocídio em que o presidente expõe centenas de milhares de pessoas do seu próprio país – incluindo [em maior número até!] seus próprios apoiadores – à morte certa.

Para além do abatimento e da mera acusação, o caso nos ensina o quão longe podem chegar mentes capturadas por fantasias cristalizadas de poder absoluto – com todas as suas decorrências já citadas: negação da realidade, moralismo e a constante sensação de ameaça por um “inimigo” predileto.

17. “E daí?”

Julguei que seria esse o melhor subtítulo para a conclusão desse pequeno livro. E daí?

Freud tem uma estranhíssima frase no controverso *Além do Princípio do Prazer* em que associa “o enigmático empenho do organismo em afirmar-se contra tudo e todos” ao fato de que “o organismo pretende morrer apenas a seu modo”^[25]. Faço uma interpretação bastante peculiar dessa afirmação, extrapolando as intenções de Freud para imaginar o seguinte: o máximo a que se pode aspirar em uma existência regida pela pulsão de onipotência é “fracassar apenas a seu próprio modo”. De maneira que, quando Freud afirma que obteve “êxito onde o paranoico fracassou”, só posso desejar fracassar onde o paranoico obteve êxito.

Uma fantasia de poder absoluto cristalizada, tornada crença, monopoliza as possibilidades de pensamento, ação e reação da mente, instaurando um sistema de “verdade absoluta” que fará de tudo para se sustentar, especialmente negar as evidências da realidade que lhe sejam contrárias; recorrer a um “inimigo” ao qual se possa culpar por não ter ainda atingido o gozo absoluto da onipotência; e o moralismo que se volta violentamente contra todo outro, na forma de perseguição, conversão, aprisionamento, silenciamento, censura, exílio, tortura e morte e contra si mesmo na forma de culpa e dívida.

Esse sistema de “verdade absoluta” é sempre uma promessa de “sucesso”... opera sempre na suposição de que o “sucesso” pode ser alcançado e que deve estar bem próximo... basta eliminar alguns, converter alguns outros, se submeter com ainda mais afinco à “moral” estabelecida e tudo dará certo, enfim poderemos gozar a onipotência desejada.

Não é possível “se livrar” da pulsão de onipotência. É ela que faz o *workaholic* virar noites, é ela que mantém o depressivo em sua prostração, é ela que sustenta tiranias, é ela que provoca revoluções, é ela que nos leva à

embriaguez alcoólica, é ela que leva o monge à castidade e à pobreza material. As religiões e os autoritarismos políticos operam uma tentativa de massificar e homogeneizar as fantasias de onipotência e fazem de tudo para obrigar a totalidade de um grupo humano a acreditar nos mesmos “mitos”.

Felizmente, a mesma pulsão de onipotência pode também se manifestar como desejo de libertação em relação a esses padrões de delírios sociais cristalizados. “O caminho que sobe é o mesmo que desce”, dizia Heráclito, que de obscuro não tinha nada. A libertação em relação às fantasias de onipotência socioculturalmente estabelecidas como hegemônicas exige que se assuma e se encare a experiência de *desamparo*, isto é, o *saber* – já sabido por cada um de nós no percurso de aprendizado da pedagogia existencial da frustração – que a onipotência desejada é absolutamente impossível. Eu não sou e não serei onipotente. Nenhum “outro” é ou será onipotente a ponto de me presentear com a onipotência por mim desejada.

Isso não significa que abriremos mão da pulsão de onipotência. Significa apenas que teremos a chance de nos libertar das fantasias de onipotência socioculturalmente estabelecidas como hegemônicas. Assim, abre-se para nós a possibilidade de *criar meios de expressão singulares das nossas próprias fantasias de onipotência*.

Todo esse movimento existencial anda junto com aquele outro: o de quebrar os padrões identitários socialmente estabelecidos como hegemônicos e que já sempre nos dizem quem somos, o que estamos fazendo aqui e o que podemos ou não fazer ou pensar. Abre-se assim a possibilidade de assumirmos nossa absoluta singularidade. Cada um de nós é absolutamente singular, composto – como uma composição musical – pelo entrelaçamento de uma miríade de múltiplas e variadíssimas circunstâncias. É isso que se trata de assumir *afirmativamente*, sem querer *consertar* a existência, ou corresponder a padrões de vida socialmente dominantes. É preciso aprender a *concertar* a existência. Criar um *concerto* singular com os instrumentos, timbres, acordes, harmonias e dissonâncias que nos compõem.

Isso é o que caracteriza a postura *forte*: a celebração da própria singularidade – e não por ser “moralmente boa”. Quando Nietzsche diz *amor fati*, ama o seu destino, não está dizendo de maneira alguma que devemos amar aquilo que somos porque somos pessoas muito boas, justas e moralmente adequadíssimas. Seja em que situação isso seja dito, estaremos

sempre na ordem da mentira e da hipocrisia. Seja qual for o critério moral adotado, nenhum de nós está tão acima da média... somos muito bons aqui e muito ruins ali, de acordo com a situação do teatro social e do julgamento que os outros envolvidos na cena fazem de nossa atuação segundo sua conveniência. Além do mais, para dizer o mínimo, somos cúmplices de todo tipo de crime social cotidianamente praticado pelo Estado que sustentamos com nossos impostos e de cujos benefícios que nos são concedidos desfrutamos.

Amar o próprio destino, amar a “si mesmo”, nesse sentido, significa aprender a amar a própria singularidade que se é, não por nenhum critério moral, mas *por sua beleza*. Há uma beleza incalculável no encontro tão improvável, tão efêmero, de tantas e tão variadas circunstâncias nesse arranjo, nessa composição única que se expressa em cada um de nós. Isso exige que se “despreze” também a “si mesmo”, como Nietzsche tantas vezes indica. Para amar nosso “si mesmo” em sua absoluta singularidade é preciso também desprezar e lutar contra tudo aquilo que em geral chamamos de “nós mesmos”, isto é, nossa “identidade” pré-fabricada pelos roteiros e scripts pré-estabelecidos do Teatro Social.

Assumir a própria singularidade e aprender a expressar singularmente nossas fantasias de onipotência é a tarefa de uma vida, é toda a arte de viver. É preciso *criar*! Embarcar criativamente no movimento da pulsão. Criar meios artísticos de expressão da nossa própria singularidade. Nessa arte não há nenhuma promessa de “sucesso”. A realização se encontra no próprio caminhar. Sabendo que este mesmo caminhar é a realização de um fracassar apenas a nosso próprio modo. É esta toda a beleza.

Não se deve alarmar com a proposição de que cada um aprenda a expressar singularmente suas próprias fantasias de onipotência. Os que tomam esse caminho raramente se empenham em impor suas fantasias de onipotência a todo um grupo social – isto é o que, aliás, reconhecem de saída como impossível, já que o caminho de cada um é singular. O máximo que costumam fazer é escrever livros ou produzir obras de arte. Afinal, como dizia Hegel, quem não gosta de senhores deve cuidar para também não escravizar ninguém.

Aos que seguem afirmando que o “individualismo” é o mal da nossa sociedade, se não falta estudo, falta atenção. O problema da sociedade sempre foi e segue sendo que fantasias hegemônicas de onipotência

impõem que todos persigam os mesmos ideais de conformidade e sucesso. A sociedade exige que vivamos e pensemos “como todo mundo”. É preciso acreditar nos mesmos deuses, seguir a mesma moral, identificar-se com os mesmos ideais políticos, seguir os mesmos sacerdotes e os mesmos líderes autoritários, desfrutar dos mesmos gostos estéticos, enquadrar-se no mesmo mercado mundial de produção, consumo e lucro. Quando foi que a sociedade incentivou a expressão “individual”? Quando foi que se incentivou que cada um se dedicasse a desenvolver os próprios gostos estéticos, os próprios pensamentos sobre o real, o próprio estilo artístico de viver? Desconheço esse momento histórico... e certamente nada indica que eu esteja vivendo nele.

A dimensão politicamente trágica de tudo isso é que, ao contrário do que afirma Safatle em seu bem-intencionado “O circuito dos afetos”, não parece ser possível construir nenhuma comunidade política com base no reconhecimento do próprio desamparo. Todas as comunidades políticas *já são construídas com base no desamparo*, mas o desamparo denegado e tamponado por uma fantasia de poder absoluto projetada em um “outro” - um Deus ou um líder - que engendra moralismos e padrões de vida homogênicos e hegemônicos, de vocação totalitária, aos quais todos devem se enquadrar.

Muito poucas pessoas parecem empenhadas em se dedicar à postura *forte* que assume a própria singularidade e, recusando a servidão a um outro e o impor servidão a outros, procura criar meios de expressão singulares para suas próprias fantasias de poder. Este é um caminho que exige coragem. Um caminho arriscado, em que nossas próprias fragilidades e vulnerabilidades ficam expostas com alguma frequência. O desamparo é frequentemente assumido e as promessas de sucesso ecoam como pálidas miragens no fundo de alguma caverna. Por isso Nietzsche fala numa “aristocracia” dos fortes. Mas é uma aristocracia de um tipo muito especial. Não se trata de uma aristocracia de linhagem, de classe social ou de posição política superior. Trata-se de uma aristocracia *produzida* pelo próprio enfrentamento do desamparo, pela assunção da própria singularidade, pela criação de caminhos para expressar singularmente a pulsão de poder absoluto.

Por isso, quando se pensa em “força” e “fraqueza”, tal como Nietzsche as descreve, é preciso ter em mente que a diferença é, como procuramos

demonstrar, *qualitativa*. Em termos *quantitativos* por mais estranho que pareça, deve-se considerar seriamente que: 1. *o forte é mais frágil que o fraco*. A postura fraca se agarra em fantasias hegemônicas de poder absoluto e se encastela em padrões identitários hegemônicos. Já a postura forte assume os riscos da multiplicidade, da abertura e da insegurança. E, por fim, considerar seriamente que, em termos quantitativos: 2. *os fracos são mais fortes que o forte*. A vontade de poder dos fracos é totalizante, “inimizante” e rígida. Além de contar com a adesão da maioria. Por isso, politicamente, parece que eles sempre vencem...

NOTAS

- [1] FREUD, *Inibição, sintoma e angústia* (Obras completas volume 17). Cia das Letras: São Paulo, 2014
- [2] FREUD, *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental* (Obras completas volume XII), Imago, pp. 136-137
- [3] Conceito bem descrito em *Totem e Tabu*
- [4] MAGNO, MD. *Velut Luna*. Novamente: Rio de Janeiro, 2008
- [5] SAFATLE, Vladimir. *Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015
- [6] HOBBS, *O Leviatã*, Capítulo XI
- [7] Spinoza, *Tratado Teológico Político*. Martins Fontes: São Paulo, 2003, p. 8)
- [8] LA BOÉTIE, Etienne de. *Discurso sobre a servidão voluntária*.
- [9] FREUD, *Psicologia das massas e análise do eu*, p. 72
- [10] LAGO, Ivann. *O Jair que há em nós*. <https://ivannlago.blogspot.com/2020/02/o-jair-que-ha-em-nos.html>
- [11] Discorro longamente sobre essa “formação da sociedade brasileira” no sétimo capítulo do livro *Oficina de Filosofia*.
- [12] Foi o prof. Heitor Coelho quem me chamou a atenção para este curioso estatuto sociopolítico do “inimigo”.
- [13] Algo que explorei detalhadamente no capítulo 6 do livro “Oficina de Filosofia”.
- [14] Algo que Derrida desenvolve detalhadamente em “Força de lei”
- [15] MAGNO, MD. *Revirão*. NovaMente: Rio de Janeiro, 2003
- [16] FREUD, *O Mal estar na Civilização*, Cia das Letras: São Paulo, p. 283
- [17] ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Zahar: Rio de Janeiro, 1997, p. 161
- [18] HARARI, Yuval. *Sapiens*. LePM: Porto Alegre, 2019, pp. 32-33
- [19] FREUD, *O Mal-estar na Civilização*, p. 51
- [20] HARARI, Yuval. *Sapiens*. LePM: Porto Alegre, 2019, pp. 393-394
- [21] NIETZSCHE, *A genealogia da moral*, I - § 10
- [22] <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/03/26/frente-prefeitos-demissao-ernesto-araujo-covax-facility-vacina-covid-19.htm>
- [23] <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/03/16/governo-trump-pressionou-brasil-a-rejeitar-sputnik-v.htm>
- [24] Jason Stanley, *Como funciona o fascismo*, p. 29

[25] FREUD, Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro: Cia das Letras, p. 150

BIBLIOGRAFIA

Freud (1926 - 1929) - Obras completas volume 17: O futuro de uma ilusão e outros textos

Entre os textos deste volume, aquele considerado mais importante é o ensaio teórico Inibição, sintoma e angústia, em que Freud faz uma revisão do seu conceito de angústia, distingue entre repressão e defesa e diferencia cinco tipos de resistência, entre vários outros temas. Em O futuro de uma ilusão, que causou controvérsia quando foi publicado, ele reflete sobre a natureza e o destino da religião e faz a apologia da razão como a única via para o conhecimento, no espírito dos iluministas do século XVIII. A questão da análise leiga, escrito em forma de diálogo, é, ao mesmo tempo, uma brilhante exposição da teoria e da prática da psicanálise e uma defesa da autonomia desta em relação à medicina, do seu exercício por terapeutas sem formação médica. Dos textos menores do volume, merecem destaque "O Fetichismo" e "Dostoiévski e o parricídio". No primeiro, o fetiche é explicado como um sucedâneo do pênis que o garoto atribui à mulher na infância. O segundo analisa a personalidade do escritor russo com base no "complexo de Édipo". Este é o décimo lançamento da coleção Freud. O próximo volume será o de número 8, com o ensaio sobre a Gradiva, o caso do "Pequeno Hans" e outros textos de 1906-9.

Freud (1911-1913) "o caso Schreber" e outros textos

As Obras completas serão reunidas em vinte volumes, sendo dezenove de textos e um de índices e bibliografia, e não incluem os textos de neurologia, ou seja, não psicanalíticos, anteriores à criação da psicanálise, que foram deixados de fora pelo próprio autor quando foi feita a primeira edição alemã completa de suas obras. A edição alemã que serviu de base para esta foi Gesammelte Werke [Obras completas], publicada entre 1940 e 1952. Ainda que constituam a mais ampla reunião de textos do pai da psicanálise, os

dezessete volumes da coleção foram sofrivelmente editados, talvez devido à penúria dos anos de guerra e de pós-guerra na Europa. Embora ordenados cronologicamente, não indicam sequer o ano da publicação de cada trabalho. O texto em si é geralmente confiável, mas sempre que possível foi cotejado com a Studienausgabe [Edição de estudos], publicada pela editora Fischer em 1969-75, da qual foi consultada uma edição revista, lançada posteriormente. Trata-se de onze volumes organizados por temas (como a primeira coleção de obras de Freud), que não incluem vários textos secundários ou de conteúdo repetido, mas incorporam, traduzidas para o alemão, as apresentações e notas que o inglês James Strachey redigiu para a Standard edition (Londres, Hogarth Press, 1955-66). O objetivo destas Obras completas é oferecer os textos com o máximo de fidelidade ao original, sem interpretações ou interferências de comentaristas e teóricos posteriores da psicanálise, que podem ser encontradas na interminável bibliografia sobre o tema. O aparato editorial limita-se a notas do tradutor, que geralmente informam sobre os termos e as passagens de versão problemática, para que o leitor tenha uma ideia mais precisa de seu significado. Nessas notas são reproduzidos os equivalentes achados em algumas versões estrangeiras dos textos, em línguas aparentadas ao português e ao alemão. O coordenador e tradutor Paulo César de Souza já é conhecido por suas traduções de obras de Friedrich Nietzsche e Bertolt Brecht, pelas quais recebeu duas vezes o prêmio Jabuti. Durante alguns anos foi colaborador do jornal Folha de S. Paulo. Seu primeiro artigo, publicado em 1985, intitulava-se "Nosso Freud" e já discutia a tradução de Freud. Sua primeira tradução de um texto de Freud, agora incluída nesta edição, foi publicada em 1989, no mesmo jornal. Essas e outras contribuições foram depois incorporadas aos volumes Sigmund Freud & o gabinete do dr. Lacan (Brasiliense, 1989) e Freud, Nietzsche e outros alemães (Imago, 1995). É desnecessário fornecer dados biográficos de Sigmund Freud (1856-1939), já que eles podem ser encontrados em diversas fontes, entre elas páginas da internet, das quais se destaca uma do Youtube, que contém um depoimento gravado por ele próprio em inglês para a rádio BBC, em Londres, em dezembro de 1938, sintetizando a obra de sua vida. O link (um dos links) para esse depoimento de dois minutos é: <http://www.youtube.com/watch?v=5jJ6Lhk1pNg>. Para um estudo biográfico mais profundo, vale consultar Freud: uma vida para nosso

tempo, do historiador Peter Gay. Sumário Esta edição Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia ("O caso Schreber", 1911) [Introdução] I. História clínica II. Tentativas de interpretação III. Sobre o mecanismo da paranoia Pós-escrito Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico (1911) [Artigos sobre técnica] O uso da interpretação dos sonhos na psicanálise (1911) A dinâmica da transferência (1912) Recomendações ao médico que pratica a psicanálise (1912) O início do tratamento (1913) Recordar, repetir e elaborar (1914) Observações sobre o amor de transferência (1915) Tipos de adoecimento neurótico (1912) O debate sobre a masturbação (1912) Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise (1912) Princípios básicos da psicanálise (1913) Um sonho como prova (1913) Sonhos com material de contos de fadas (1913) O tema da escolha do cofrinho (1913) Duas mentiras infantis (1913) A predisposição à neurose obsessiva (1913) Prefácios e textos breves (1911-1913) Prefácio a O método psicanalítico, de Oskar Pfister Prefácio a Os transtornos psíquicos da potência masculina, de Maxim Steiner Prefácio a Ritos escatológicos do mundo inteiro, de J. G. Bourke Resenha de Sobre psicología y psicoterapia de ciertos estados angustiosos, de G. Greve O significado de uma sequência de vogais "grande é a Diana dos Efésios!" Índice remissivo

[Freud \(1912-1914\) Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos](#)

O volume 11 das Obras completas de Sigmund Freud traz um de seus textos mais conhecidos: "Totem e tabu", acompanhado por "Contribuição à história do movimento psicanalítico" e outros textos. O subtítulo de "Totem e tabu" - Algumas concordâncias entre a vida dos homens primitivos e dos neuróticos - não chega a dar ideia da riqueza dos temas que aborda: os quatro ensaios que o compõem tratam da origem da religião e da moralidade, ou seja, da própria civilização. Baseando-se em estudos de antropologia, biologia e história, Freud lança a conjectura de que o ato fundador da sociedade humana foi o assassinato do pai da horda primitiva pelos próprios filhos. "Totem e tabu" foi a primeira aplicação da psicanálise a questões de psicologia social. A "Contribuição à história do movimento

psicanalítico” descreve o desenvolvimento inicial da psicanálise e foi escrita com intenção polêmica, depois que dois dos principais discípulos de Freud, Alfred Adler e C. G. Jung, divergiram do mestre. “O interesse da psicanálise” procura sintetizar tudo o que na nova disciplina podia ser de interesse para a psicologia e para as outras ciências - entre essas, a linguística, a filosofia, a biologia, a antropologia, a história, a sociologia e a estética. “Sobre a fausse reconnaissance no trabalho psicanalítico” explica o fenômeno de o paciente afirmar já ter dito algo, quando na realidade não o fez. Por fim, o ensaio sobre o Moisés de Michelangelo oferece uma nova descrição e interpretação da célebre estátua do gênio renascentista. Este volume é o sétimo lançamento da Coleção Freud. Os dois próximos serão o volume 13, com as “Conferências introdutórias à psicanálise”, e o volume 9, com o “Homem dos Ratos” e “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci”.

Velut Luna - A Clínica Geral Da Nova Psicanalise

O que a psicanálise produziu como Teoria pode ser o desenho de uma organização universal da mente? E o que tem praticado como Clínica é ainda viável no mundo contemporâneo onde tudo se deteriora com rapidez? São algumas perguntas de MD Magno ao continuar neste livro - que transcreve seu Seminário oral de 94 - a reformatação da psicanálise que vem realizando desde a década de 80. Suas respostas se desenvolvem na retomada da noção de FORTUNA (Sorte, Tiquê, Evento), que, tal qual a LUA - velut luna - nas canções da Carmina Burana, serve para expressar as volubilidades humanas com que lida a Clínica psicanalítica. Assim, ao longo do livro podemos percorrer avanços conceituais originais como o aparelho dos CINCO IMPÉRIOS, que abre novas perspectivas de entendimento ao traçar um verdadeiro 'caminho necessário' dos desempenhos culturais de nossa espécie em seu perene movimento de busca de maior abstração. Acompanhamos também a precisão do questionamento e da reflexão sobre temas como realidades virtuais, sujeito, inconsciente, tempo, verdade, o trágico, o herói... A questão da ÉTICA da psicanálise é trabalhada longamente para situá-la na VIAGEM que a CLÍNICA propicia no sentido de, para além das determinações e sobredeterminações, fazer lembrar a HIPERDETERMINAÇÃO que nos afeta radicalmente. MD

Magno aproveita Galileu Galilei, de Brecht, para indicar que a ética que temos é a "polética de retorno": oferecer de bandeja aquilo que se colhe desta viagem ao Cais Absoluto de nossa afetação. É o esforço de permanente "faxina" da psicanálise afirmada em sua postura autônoma como campo específico de conhecimento e ação, apto a enfrentar com força própria os tempos de hoje, em que as sombras, semelhantemente à lua em eclipse, estão obscurecendo o mundo.

O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo

O circuito dos afetos gostaria de fornecer a filosofia necessária para uma teoria política da transformação. Transformações políticas efetivas não são apenas modificações nos modelos de circulação de bens e de distribuição de riquezas. São modificações na estrutura dos sujeitos, em seus modos de determinação, nos regimes de suas economias psíquicas e nas dinâmicas de seus vínculos sociais. Pois uma transformação política não muda apenas o circuito dos bens. Modifica também o circuito de afetos que produzem corpos políticos, individuais e coletivos. Por isso, se quisermos ver a força de transformação de acontecimentos que começam novamente a se fazer sentir, é necessário que nos deixemos afetar pelo que pode instaurar novas corporeidades e formas de ser.

Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil

Leviatã (1651) é a mais importante criação de Thomas Hobbes e considerada por muitos sua obra-prima. A filosofia de Hobbes, especialmente sua teoria a respeito da origem contratual do Estado, exerceu profunda influência no pensamento de Rousseau, Kant e dos enciclopedistas. Além disso, contribuiu para preparar, no plano ideológico, o advento da Revolução Francesa. Partidário do Absolutismo político, defende-o sem recorrer à noção do "direito divino". Segundo o filósofo, a primeira lei natural do homem é a da autopreservação, que o induz a impor-

se sobre os demais — “guerra de todos contra todos”. Leviatã é, sem dúvida, leitura obrigatória para os interessados em filosofia.

Tratado Teológico-Político

Discurso Sobre a Servidão Voluntária

"Bem-vindo à aventura fascinante de enfrentar o fantasma da liberdade. O livro diante de você dialoga com este sonho e é um marco no pensamento ocidental. Aproveite e reflita. Para Étienne, só existe uma prisão possível: aquela que você mesmo construiu e cuja porta, por estranho deleite, você fechou. Saiba sempre que toda servidão é voluntária. Sua liberdade é sua, e você pode entregá-la a qualquer um que desejar. Os tiranos agradecem." - Leandro Karnal, em prefácio para esta edição.

Marco do pensamento humanista, este pequeno tratado foi escrito em 1549, quando Étienne de la Boétie contava apenas 18 anos.

O texto defende que é possível resistir à opressão de forma pacífica no momento em que o povo decide não mais se sujeitar à tirania.

O autor antecipa em séculos fundamentos teóricos que estarão presentes em, por exemplo, "Desobediência civil", de Henry David Thoreau, na luta de Gandhi pela independência da Índia, no movimento antissegregação de Luther King nos Estados Unidos e também nas manifestações populares contra ditaduras ao redor do mundo.

A presente edição traz, ainda, introdução do editor Paul Bonnefon, um dos desbravadores da obra de La Boétie e responsável pela edição francesa de 1922, que serviu de base para esta tradução.

Além disso, o prefácio, escrito pelo historiador e professor da Unicamp Leandro Karnal, situa o tratado em seu contexto de origem e ao mesmo tempo em relação ao momento político atual.

Leitura obrigatória para os dias de hoje, em que todo cuidado é pouco e todo esclarecimento histórico se faz fundamental.

Freud (1920-1923)_psicologia das massas e análise do eu e outros textos

O volume 15 inclui textos de 1920 a 1923. Psicologia das massas e análise do Eu aborda o comportamento de grupos, partindo do fato de que as relações que moldam o indivíduo, desde a infância, são também fenômenos sociais. Assim, o irracionalismo dos movimentos políticos de massa - recorde-se que o fascismo e o comunismo estavam em ascensão na época - é explicado por conceitos psicanalíticos como libido e regressão. O ensaio “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina” traz formulações sobre a sexualidade feminina e a homossexualidade em geral. Ainda, dois textos sobre a telepatia são testemunho do interesse de Freud pelo tema. Por sua vez, “Uma neurose do século XVIII envolvendo o Demônio” analisa o peculiar documento deixado por um pintor alemão, a história do pacto que ele fez com o Diabo a fim de livrar-se de sua neurose

Livros deste autor

Oficina de Filosofia: as Questões que nos Co-movem

Os quatro volumes da Coleção Oficina de Filosofia, publicados em e-book, estiveram entre os mais vendidos de Filosofia da Amazon. Agora reunidos em volume único, trazem ao leitor as grandes questões existenciais que movem a humanidade: De onde veio o mundo? De que são feitas as coisas? Quem sou eu? O que é real? Quais os principais desafios da espinhosa convivência humana? O que a Filosofia pode fazer por nossas vidas?

Com uma narrativa apaixonante, imprevisível, cheia de curiosidades e reviravoltas, o Doutor em Filosofia Diogo Bogéa nos conduz através dos séculos, da antiguidade aos dias atuais, pelas aventuras e desventuras, ilusões e desilusões dessa nossa espécie imaginativa em sua incansável busca por compreensão.

O que Yuval Harari realiza em Sapiens – um grande trabalho de disseminação e popularização da História em linguagem leve, divertida e acessível – é o que Diogo Bogéa faz na presente obra com a Filosofia.

Dos pré-socráticos ao existencialismo – mas não necessariamente de maneira linear – Bogéa nos apresenta uma bela Introdução à Filosofia, recheada de referências científicas e históricas, além de diversas curiosidades biográficas, do autor e dos filósofos em questão, destacando o lado humano, demasiado humano dos filósofos e aproximando a Filosofia dos leitores.

Um livro ideal para todos aqueles que se interessam por Filosofia, independentemente do nível de formação. Para leigos, um excelente primeiro contato. Para os já iniciados de todos os níveis, uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos. Para os professores de Filosofia, um material incrível para trabalhar com alunos – do Ensino Médio à graduação. De maneira leve, divertida e sempre compreensível, Diogo Bogéa desperta em cada um de nós o espírito rebelde, crítico e questionador que é próprio da Filosofia, fazendo ruir, uma a uma, nossas ilusões religiosas, políticas e

morais. É a Filosofia como exercício de libertação mental e singularidade existencial!

Metafísica da Vontade, Metafísica do Impossível: a Dimensão Pulsional Como Terceiro Excluído

No livro "Metafísica da vontade, metafísica do impossível - A dimensão pulsional como terceiro excluído" o professor Diogo Bogéa usa referências de Filosofia Contemporânea (Schopenhauer, Nietzsche e Heidegger) e de Psicanálise (Freud, Lacan e Magno) para pensar a existência humana como essencialmente atravessada por um desejo irresistível e irrealizável. Um desejo que busca o Impossível. A partir dessa compreensão, foi possível repensar tudo que se sabe sobre a realidade, o conhecimento e a ética. Entrar em contato com essa impossibilidade estrutural inscrita no cerne das existências é angustiante, porém ao mesmo tempo libertador em relação aos "fundamentos" e "identidades" limitantes que a tradição impõe.